



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30 Dezembro 2009

Acta nº

6

Acta nº 6 | 30 Dezembro 2009

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência da Presidente da Mesa, Dra. M.^a Manuel B. Vitorino de Sousa V. Simão, coadjuvado pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos e pela 2ª Secretária, Dra. Joana Maria Ferreira Vergas, PS. -----

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD -----

Bernardo José Martins Pereira, PS -----

Carlos Manuel da Silva Mota, CDU -----

Rita Roque Aires Gameiro Santos, PS -----

José Fernando Carvalho dos Santos, PSD (*em substituição*) -----

António Pedro Mendonça Vieira, BE -----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD -----

António José de Amendoeira Pego, PS -----

Maria Emília da Graça Soares, CDU -----

Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, PS -----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PPD/ PSD -----

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS -----

Maria Odete Lúcio Cosme, BE -----

Rodrigo António Ferreira A. Rodrigues, CDU -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Luís Salgueiro, PS -----
João Vasco Clemente Mota, PSD -----
Rogério Luís Dias Santos, PS -----
José António Coelho Sobreira, PS -----
Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
José Alberto Belo, PS (*em substituição*) -----
Fernando de Jesus Ramos, PS -----
Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-Presidente de Câmara, a Senhora Vereadora Dra. Rute Ouro, o Senhor Vereador Eng. Pedro Franco, o Senhor Vereador Dr. Pedro Reis, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

O Eng. Pedro Miguel Barata de Almeida e o Sr. Joaquim Edgar Carreira de Oliveira, nos termos legais, pediram as suas substituições pelo Dr. José Carvalho dos Santos e Sr. José Alberto Alves Belo respectivamente. -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e trinta minutos. -----

A SENHORA PRESIDENTE no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Cumprimento a mesa, os restantes membros desta Assembleia, os representantes da Câmara Municipal, o Público e a Comunicação Social. -----

Informo que, se encontra disponível na mesa para consulta a correspondência recebida pela Assembleia Municipal, no período que mediou a última sessão e o dia 30 de Dezembro de 2009. ---

Informo ainda que, estive presente em representação da Assembleia Municipal, nos eventos realizados pelo Jardim de Infância do Cartaxo, Sociedade Filarmónica do Cartaxo e Centro Cultural.

Gostaria de neste momento propor um voto de pesar pela morte do Dr. Walter Marques, bem como o pedido de um minuto de silêncio para esse cartaxeiro ilustre que a Câmara Municipal homenageou e, que durante a sua vida e nos cargos que desempenhou, prestigiou o nome do Cartaxo”. -----

Não estive presente nas cerimónias fúnebres em representação da Assembleia Municipal, porque só muito posteriormente tive conhecimento do falecimento do Dr. Walter Marques. -----

De seguida, passo a ler um documento (**anexo1**), apresentado pela bancada do PSD sobre um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Walter Marques.-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. BERNARDO PEREIRA, (PS) no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Nunca conheci gestores públicos ou privados, sempre conheci gestores competentes e incompetentes, os competentes são competentes em qualquer actividade ou estatuto social que a empresa tenha e o Dr. Walter Marques estava no 1º grupo. Era além disso uma figura de grande



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recorte humano e as amizades que fez são disso testemunho. Queria registar a dívida que o Concelho do Cartaxo tem com este filho ilustre e deixar como sugestão ao executivo a atribuição de uma placa com o nome de Dr. Walter Marques a uma rua do concelho do Cartaxo.”

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PEDIDO DE INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO DE DOIS PONTOS. -----

A Senhora Presidente propôs à Assembleia Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, reconheça a urgência das deliberações sobre os assuntos abaixo indicados: -----

a) Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Cumprimento os presentes e fiquei surpreso ao verificar que não constava na ordem de trabalhos a proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal. Fui contactado pelo gabinete jurídico da CMC, onde foi manifestado um pedido de desculpa relativamente ao facto deste 1º ponto da ordem de trabalhos estar da forma como está. Queria dizer à Senhora Presidente que respeitando cada um dos colaboradores desta Câmara Municipal, não me parece plausível que cada um dos funcionários que trabalham e contribuem para o produto final destas assembleias municipais, tenha de telefonar a todos os deputados da Assembleia Municipal por uma coisa que em última instância cabe à presidente da Assembleia Municipal, porque esta convocatória é assinada e a responsabilidade da organização da ordem de trabalhos é da senhora, falar com os deputados da Assembleia Municipal para se resolverem estas questões.

Queria pedir que em futuras ocasiões e com o respeito profundo por quem trabalha nesta casa, que o diálogo, se deve fazer entre os eleitos e não entre o funcionalismo da autarquia e os eleitos locais”. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início à votação. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, não incluída na ordem do dia ao abrigo do artigo 83º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com 28 votos a favor, 16 do Grupo do PS e 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU 2 do Grupo do BE. -----

b) Protocolo Associação Comunitária de Assistência Social de Vila Chã de Ourique.-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Tendo-se a reunião do Executivo Camarário, realizado no passado dia de Dezembro e constatado a necessidade de ratificação por parte da Assembleia Municipal deste protocolo, a documentação referente ao mesmo deveria ter chegado mais cedo aos membros da Assembleia.

Diz o protocolo que há uma verba no valor de 94 mil euros para ser transferida, sendo que essa transferência se repartirá por duas tranches, a 1.ª a realizar durante o mês de Dezembro de 2009 e a 2.ª no primeiro trimestre de 2010. Em conformidade com o exposto, questiono se foi feita a transferência da 1.ª tranche. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Informo que ainda não foi feito o desbloqueio de verba por parte da CMC para o ACAS. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“No pressuposto de que não foi feita a transferência desta tranche e, uma vez que amanhã é dia 31 de Dezembro e este seria o último dia para a realização este protocolo está ultrapassado. Vou dar o acordo à transferência de uma tranche para ACAS de Vila Chã de Ourique quando está a ser garantido que não foi feita nenhuma transferência. -----

Questiono se a Mesa se se justifica ou não votar incluir na ordem de trabalhos e depois votar o protocolo cedência nos termos em que se encontra. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Juridicamente pode ser justificado, mas nada impede que o protocolo seja apreciado e aprovado da forma como está. Sabemos que, nas instituições autárquicas ou de outra natureza, acontecem estas situações em termos de *timing* de pagamento quando não se cumpre o que está configurado. Sendo a Assembleia soberana, existe a possibilidade de ser reapreciado o *timing* de pagamento e considerar os dois pagamentos em 2010, em vez se considerar a tranche em 2009. -----

A Câmara Municipal tem a aceitação por escrito por parte do ACAS deste protocolo e apreciou a alteração em si do protocolo e a forma como a mesma se processou. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O grupo do PSD não vê nenhum obstáculo sobre a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, no entanto será votado com o nosso protesto, por vir à Assembleia Municipal um protocolo para ser ratificado, quando se parte do pressuposto que não vai ser cumprido. -----

Percebi que, por parte do executivo municipal, não há problema em pagar no mês de Janeiro aquilo que se comprometeu pagar em Dezembro, no entanto não sei se a vontade é a mesma da parte da direcção do centro social”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. CARLOS MOTA (CDU), no uso da palavra, fez a



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte intervenção: -----

“Proponho ao executivo municipal a alteração da 1.ª tranche do protocolo, passando o pagamento a ser efectuado no mês de Janeiro, para depois a Assembleia se pronunciar”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A bancada do BE também propõe a alteração da 1.ª tranche do protocolo, concretamente de Dezembro para Janeiro, porque não vai votar um documento que já está ultrapassado, para ser discutido de uma forma mais transparente e consciente”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Trata-se de um protocolo assinado entre duas partes, o ACAS de Vila Chã de Ourique e a Câmara Municipal, que não pode ser alterado de livre vontade na Assembleia Municipal, sem que as duas partes assinem novamente o protocolo. -----

Votamos o conteúdo do texto tal como está, porque resulta da vontade de duas partes que o assinaram ou, se não for incluído na ordem de trabalhos vai novamente a uma reunião de Câmara municipal depois de haver nova assinatura do protocolo. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: - -----

“A Assembleia Municipal tem a possibilidade de apreciar e integrar na ordem de trabalhos este protocolo e aprová-lo, uma vez que apresenta dois anos económicos e a Assembleia Municipal é competente nessa matéria ou o Executivo Municipal traça um novo protocolo aceite pela instituição e não será necessário vir à sessão da Assembleia e o executivo municipal é soberano nessa matéria. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Concordando com o Senhor Presidente, o BE considera que é mais correcto não ser discutido nesta Assembleia, voltar ao executivo municipal e este fazer a devida alteração, visto que a outra parte dirá que sim. Não me parece me correcto estarmos a aprovar algo que já está ultrapassado”. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria qualificada, autorizar a análise, discussão e votação do protocolo – Associação Comunitária de Assistência Social de Vila Chã de Ourique, não incluído na ordem do dia ao abrigo do artigo 83º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com 23 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 2 votos contra do Grupo do BE e 10 abstenções, 7 do Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU. -----

Proposta de alteração da redacção do ponto n.º 1 da Ordem do Dia para Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Proponho a alteração do título, do ponto 1, da ordem de trabalhos, para relatório de síntese da actividade municipal e situação financeira”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Cumprimento os presentes e parece-me relevante que o contacto entre os eleitos neste tipo de matéria seja primado. Muitas vezes, alguns dos aspectos que são abordados nesta Assembleia Municipal não derivam directamente ou indirectamente da culpa dos eleitos, mas sim do funcionamento normal de uma grande organização como a CMC e a Assembleia Municipal. Como órgão fiscalizador, acaba por apanhar algumas destas realidades.

Também sabemos que o relatório semestral sobre a execução do plano financeiro nunca podia ser o relatório do 2º semestre que ainda não terminou, houve um lapso de escrita e pretendia-se referir o relatório de síntese da actividade municipal, pede-se a compreensão dos membros da Assembleia, assumindo a responsabilidade máxima destas matérias, aquilo que os serviços incorram nalgum lapso ou falha. Foi distribuído com a documentação o relatório de síntese da actividade municipal e situação financeira”. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente pôs à votação a proposta em discussão. ----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, alterar a redacção do ponto n.º 1 da Ordem do Dia para Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira, com 28 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Moção “Anulação das adjudicações das ETAR’s de Vale da Pedra, Pontével e Casais da Amendoeira”(anexo 2). -----

SENHORA PRESIDENTE -----

Leu a Moção (que se anexa), do Grupo da CDU, relativa à questão da anulação das adjudicações das ETAR’s de Vale da Pedra, Pontével e Casais da Amendoeira. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. BERNARDO PEREIRA (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Antes de entrar na discussão deste documento, queria clarificar uma questão em relação à minha atitude perante ela, trata-se de um voto de protesto ou de uma moção de censura que tem outro enquadramento e consequências”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. CARLOS MOTA (CDU), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Complementando o que disse, estamos a analisar a condução de um processo por parte do executivo, estamos a referir-nos especificamente a um caso concreto neste documento, mas se fere a susceptibilidade e prejudica a análise do documento, retiramos a censura e fica o protesto”. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng. LUÍSA PATO (PSD), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Cumprimento os presentes e embora não concordando na totalidade com as palavras utilizadas na Moção da CDU, concretamente sobre a “*sobreposição do interesse de entidades privadas*” e que se trata de uma “*imposição do presumível concessionário*”, para ter a certeza do que está aqui escrito. Também não sei é real o valor de 11,5 milhões de euros. Aquando do anúncio destas adjudicações, pareceu-nos que não passavam de campanha política já que a construção delas e concessão estavam incluídas no projecto da concessão das águas do Cartaxo. na altura, pareceu-nos que estava a ser feito à margem dessa concessão e que iria originar algum confronto com a concessionária. Concluimos que a CMC chegou à mesma conclusão meses atrás, mas fez campanha com o anúncio da construção e as pessoas ficaram sem as ETAR's. Realço que entre os privados e o interesse público há alguém que fica prejudicado e, mais uma vez, são as populações que ficam sem o seu saneamento básico. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr.ª HÉLIA BAPTISTA (PSD,) no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Questiono o executivo quando entra em funcionamento da rede de esgotos de Casais Lagartos, Casais Penedos e Casais da Amendoeira”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O BE lamenta que, em altura da campanha eleitoral, tenha sido que estas obras e que mais uma vez se viu que era pura campanha eleitoral, pelo que a bancada do BE vota favoravelmente esta moção, porque não compreendemos que as obras adjudicadas sejam agora anuladas”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. ANTÓNIO PEGO (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Gostaria de saber qual o motivo que levou ao cancelamento do concurso de adjudicação das ETAR's”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Concordo com a oposição e sou o primeiro a contestar quando há adiamento de investimento. Trata-se de um processo que se arrasta há mais de cinco anos, estas ETAR's deveriam ter sido adjudicadas no âmbito das águas do Ribatejo e, há uns meses atrás houve uma cedência de posição contratual da comunidade urbana (CIMLT) para o Município, ficando este com o encargo de executar estas estações de tratamento, não obstante, desde sempre tê-las incluído no plano de investimentos da concessão que estava em curso. -----

Há uma diferença significativa de um milhão de euros de diferença e, que pesou na decisão tomada. Primeiro, foi atribuído uma adjudicação da concretização das três ETAR's, com alteração do projecto da ETAR da Lapa em termos de localização que, depois por impossibilidade dessas



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas em concretizar as mesmas, passou-se para o segundo concorrente que cobrava mais um milhão de euros pela concretização das três ETAR's". -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Cumprimento todos os presentes e destaco o esforço investido na resolução deste problema que tem sido elevado. O processo tomará outro caminho, porque o traçado da solução mais otimizada no longo prazo para resolver as questões de saneamento do concelho, torna-se mais sólida e coesa, integrando todo o desenvolvimento no âmbito da concessão das águas e saneamento. -----

Paralelamente foi desenvolvida uma candidatura por parte do Município aos fundos de coesão, no valor de 2,8 milhões de euros a fundo perdido para as águas e cerca de 6 milhões de euros para o saneamento básico do concelho. As obras vão ser desenvolvidas após ultrapassados os condicionalismos associados ao processo da concessão que, espera-se a sua consolidação em Janeiro. -----

Espera-se que a entidade gestora do próprio sistema assuma a execução das obras e detenha um quadro geral de todas as entidades a desenvolver para servir com os critérios que melhor servem a população. -----

Desde os primeiros instantes estão envolvidos e responsabilizados, havendo um critério de gestão de risco fundamental, para que no futuro não haja no desenvolvimento dos anos em que se prevê a concessão, outros problemas paralelos que venham a afectar o funcionamento e a população fique menos bem servida. -----

Nas grandes opções do plano e orçamento está prevista uma parcela de cerca de 208 mil euros para a rede de esgotos de Casais Lagartos, Casais Penedos e Casais da Amendoeira. -----

No passado dia 29 de Dezembro foram entregues as candidaturas que referi e em Outubro foi feito o acordo de concessão que ainda se encontra no IRAR”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. CARLOS MOTA (CDU), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente às explicações do Senhor Presidente e Vice-Presidente, tenho a dizer que o Senhor Presidente na última reunião da Assembleia Municipal disse que em política o que parece é, e quando refere que não houve qualquer intento eleitoralista nas adjudicações destas ETAR's, atendendo ao timing, processo e à bandeira que dada em todas as freguesias do concelho, digo que se não foi pareceu acto eleitoralista. -----

Relembro que as prerrogativas existentes na segunda empresa concessionada, quanto à necessidade de optimização e de maior garantia da inclusão da construção destas ETAR's, já existiam na primeira. -----

O processo está enviesado desde a altura em que deu a primeira adjudicação e também era previsível que não se justificava a adjudicação a outras empresas, porque quem adjudicasse as águas e o saneamento básico ia querer construí-las. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Questiono se o processo deve ser sujeito ao parecer da autoridade da concorrência". -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"As duas entidades que superintendem o acordo assinado entre as partes, o Município do Cartaxo e a concessionária, são a UESA que já está a pronunciar-se sobre um parecer não vinculativo e o Tribunal de Contas". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O Senhor Presidente diz que não faz campanha eleitoral com estes assuntos e, em dois meses e meio, houve um retrocesso neste processo, o que leva o BE a concluir que não passou de eleitoralismo antes das eleições. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente pôs à votação o ponto em discussão. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, rejeitar a moção sobre a "Anulação das adjudicações das ETAR's de Vale da Pedra, Pontével e Casais da Amendoeira", apresentada pelo Grupo da CDU, com 12 votos a favor, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 16 votos contra do Grupo do PS e 1 abstenção do Grupo do PS. ----

De acordo com o art. 25.º do Regimento da Assembleia Municipal, segue a seguinte declaração de voto: -----

Declaração de voto -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng. LUÍSA PATO (PSD) no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Apesar de não concordar integralmente com o texto da moção, o grupo do PSD vota a favor desta moção, relevando o objectivo principal da mesma, que é partilhado pelo PSD e resume-se à necessidade urgente e há muito reivindicada que é a conclusão do saneamento básico do concelho do Cartaxo. Concluímos a nossa declaração de voto, colocando-nos ao lado de quem mais uma vez saiu lesado que, foram as populações beneficiadas com a execução destas ETAR's". -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Considero o processo de saneamento básico bastante complexo e duradouro. Em todo este processo, o executivo orgulha-se de ter seguido uma linha na defesa dos munícipes, em termos de tarifário, investimentos, defesa dos trabalhadores e valorização do património sem o ceder, o que permite ver as diferenças daquilo que se apresenta hoje ao munícipe do Cartaxo no pagamento da factura da água e saneamento em relação ao que é praticado na região". -----

A SENHORA PRESIDENTE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

Informo que, o Grupo do PSD apresentou um requerimento (**anexo3**) a propor a prorrogação do período antes da ordem do dia, por mais trinta minutos. Vai de imediato proceder-se à sua votação.



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, aceitar o requerimento de prorrogação do período antes da ordem do dia, por mais trinta minutos nos termos do artigo 17.º, n.º 3 do Regimento, com 29 votos a favor, 17 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Recomendação sobre as “Condições de segurança de alguns locais de recreio e lazer da cidade do Cartaxo”. (anexo 4) -----

A SENHORA PRESIDENTE, no uso da palavra: -----

Leu a Recomendação, do Grupo da CDU, referente às condições de segurança de alguns locais de recreio e lazer da cidade do Cartaxo. -----

Passou-se à votação da Recomendação. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Recomendação sobre as “Condições de Segurança de alguns Locais de Recreio e Lazer da Cidade do Cartaxo”, apresentada pelo Grupo da CDU, com 13 votos a favor, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU, 2 do Grupo do BE e 1 do Grupo do PS, 7 votos contra do Grupo do PS e 7 abstenções do Grupo do PS. -----

Moção “Activação Imediata do Conselho Municipal da Juventude” (anexo 5). -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. GONÇALO GASPAS (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Cumprimento todos os presentes e passo a ler a Moção, do Grupo do PSD, referente à activação imediata do Conselho Municipal da Juventude no concelho do Cartaxo”. -----

“O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Quero dar a minha experiência sobre o conselho municipal da juventude que, ao contrário de outros conselhos municipais, como o conselho local de educação, o de acção social protecção civil e segurança, nunca funcionou, que segundo a minha experiência pessoal nunca funcionou nas últimas décadas.

Uma das razões tem a ver com a excessiva partidarização e politização daquele órgão.

Também não sei se é no fórum do conselho municipal da juventude que está a resposta para uma política eficaz e participação nos problemas dos jovens do concelho, porque se for a sua activação para a identificação de áreas de intervenção o executivo municipal faz grande parte desse trabalho.

Se porventura aquilo que está inerente à apresentação dessa moção for a simples dialéctica e discussão político-partidária das juventudes partidárias, eu da experiência autárquica que levo, sou contrário a qualquer activação dessa natureza, porque acho que não vai trazer proveito algum para os jovens do concelho. Não obstante reconhecer nas juventudes partidárias um papel que pode ser tido como dinâmico ou não consoante as pessoas que estão à frente dessas juventudes partidárias”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. GONÇALO GASPAS (PSD), no uso da palavra



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fez a seguinte intervenção: -----

“Sobre a questão da partidarização existe um regime jurídico aprovado na Assembleia da República, estipula que as juventudes partidárias, como as colectividades e associações do concelho, fazem parte desse conselho municipal de juventude. -----

Se é politizado ou não, é uma questão que cabe analisar e só se pode verificar se o órgão estiver activo, mas como o mesmo no Município do Cartaxo está criado mas não está activo. -----

Acho que este órgão é de extrema importância, não só por os jovens estarem afastados da política, mas também por ser uma mais valia num concelho e um apoio ao executivo, que apresenta poucas soluções para a juventude”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof. EMÍLIA SOARES (CDU), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Relembro que quando surgiram os primeiros conselhos municipais da juventude foram desenvolvidas algumas iniciativas como por exemplo as comemorações do 25 de Abril. A autarquia de apoiar e criar as estruturas, para os jovens organizarem e concretizarem as suas actividades.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente pôs à votação esta moção. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Moção sobre a “Ativação Imediata do Conselho Municipal da Juventude”, apresentada pelo Grupo da PSD, com 13 votos a favor, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU, 2 do Grupo do BE e 1 do Grupo do PS, 7 votos contra do Grupo do PS e 7 abstenções do Grupo do PS. -----

De acordo com o art. 25.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguem as seguintes declarações de voto: -----

Declaração de voto -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. GONÇALO GASPARG (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Apesar da Moção ter sido aprovada, acho que é preocupante esta proposta não ter passado por unanimidade, o que reflecte o espelho do concelho, que está cada vez mais envelhecido”. -----

Declaração de voto -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. BERNARDO PEREIRA (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Votei contra, dada a minha idade acho que tenho outras obrigações e uma delas é que nestas funções não esqueçamos que os partidos devem ser escolas de civismo e a política deve ser feita com determinados valores de princípios e referências. -----

Se esta moção dissesse o mesmo, referindo-se ao executivo camarário, teria votado a favor, mas o que estava em causa na moção era uma pessoa e não o executivo municipal”. -----

O SENHOR VEREADOR ENG. PEDRO FRANCO (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Cumprimento os presentes e parece-me a altura ideal para intervir, uma vez que sou o responsável pela juventude e desporto, gostaria de esclarecer que o espaço do Skate Park não é o mais adequado, no entanto não quisemos privar os muitos utilizadores daquele espaço. ----- Estamos a estudar a hipótese de transferir o Skate Park para outro local devidamente homologado, dado que pretendemos espaços desportivos homologados e aquele não tem condições para o efeito. Neste momento, o processo do conselho municipal de juventude está a ser devidamente tratado”. -----

-----ORDEM DO DIA-----

A SENHORA PRESIDENTE -----
Nos termos do artigo 18º do regimento deu início ao período da ordem do dia e começou por dar conhecimento dos assuntos nela incluídos. -----

- ORDEM DO DIA** -----
1. Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira; -----
 2. Aprovação da proposta das Grandes Opções do Plano e orçamento do Município do Cartaxo e do Mapa de Pessoal para o ano de 2010; -----
 3. Proposta de contracção de empréstimo a curto prazo para o ano de 2010;-----
 4. Aprovação da proposta de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2010, com a cobrança efectiva no ano de 2011; -----
 5. Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;-----
 6. Protocolo com a Associação Comunitária de Assistência Social de Vila Chã de Ourique – Previa autorização da respectiva despesa orçamental. -----

1. Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira -----
A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng. LUÍSA PATO (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
“Como membro da CIMLT, lamento que o Senhor Presidente da Câmara se faça representar nas reuniões do conselho executivo pelo técnico superior da autarquia, Manuel Cabrita da Silva. Como não foi eleito e não tem direito a voto, o que coloca o Município do Cartaxo em desvantagem e não cumpre com o direito e as obrigações que tem para com a CIMLT”. -----
O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
“Relativamente à análise do relatório de síntese, faço referência à página 10, onde podemos verificar como se situa a execução orçamental do Município neste ano, à data de 30 de Novembro de 2009. -----
Há alguns sinais que é importante sublinhar na análise deste ponto da ordem de trabalhos. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No total de receitas correntes, o orçamento estimava ter realizado a 30/11/2009 cerca de 19,7 milhões de euros, e o que de facto foi concretizado são 9,7 milhões de euros, de registar que, em relação ao que estava estimado no orçamento, há uma realização de menos 10 milhões de euros. -- O total de receitas de capital no mesmo período, em relação ao que está orçamentado e concretizado a diferença é para três vezes mais. Estava estimado que, nesta altura do ano, o orçamento estivesse executado 32,4 milhões de euros e, o que está executado é pouco mais de 2,3 milhões de euros, o que quer dizer que em relação à estimativa orçamental há uma diferença de 30 milhões de euros. -----

E, se verificarmos o que estava previsto na receita de capital e corrente, somando estes dois valores, constata-se que dos 54 milhões de euros que o executivo previa executar, estão apenas executados 14 milhões de euros, havendo uma diferença de cerca de 40 milhões de euros. -----

Relativamente às despesas correntes, se verificarmos o total das despesas correntes era estimado que, nesta altura, estivessem dispendidos 19,7 milhões de euros, estão dispendidos 10,8 milhões de euros, faltam executar cerca de 9 milhões de euros. -----

O total de despesas de capital apresenta um valor de 34 milhões de euros mais 34,5 milhões de euros que deviam ter sido dispendidos como estava estimado no orçamento e foram gastos 2 milhões de euros, sendo a diferença de 32 milhões de euros. -----

Facilmente se conclui, juntando os dois agregados, que se de um lado não se executaram 9 milhões de euros e se do outro não se executaram 32 milhões de euros, aquilo que era previsto gastar-se nesta altura, tem uma diferença para o dia de hoje em cerca de 41 milhões de euros. -----

Dar enfoque ao que temos dito sistematicamente ao longo dos últimos orçamentos, particularmente desde 2006, que os orçamentos apresentados à CMC são como “uma cabana onde cabe tudo”. -----

Na informação fornecida pelos serviços municipais está comprovado que quem faz orçamentos não consegue cumprir o que é estimado no orçamento. -----

Na página 11, a situação financeira do Município do Cartaxo faz referência ao facto da dívida a terceiros de médio e longo prazo, essencialmente aos bancos, rondar os cerca de 23 milhões de euros e a dívida aos fornecedores de curto prazo ter descido 5 milhões de euros em relação há cinco anos. -----

Também existe uma diferença que coloca em causa toda a sustentabilidade da tesouraria da câmara municipal, porque há um ano atrás houve a possibilidade da CMC recorrer ao Tribunal de Contas para liquidar pagamentos a curto prazo de 13 milhões de euros, que hoje ascende a cerca de 12 milhões de euros”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr.ª ODETE COSME (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Queria chamar a atenção para a página 23, onde é apresentada uma listagem de obras por empreitada, também estão incluídas as prestações de serviços. -----

Questiono se o processo de arrematação da empreitada da estação de tratamentos e águas



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

residuais do Reguengo – Valada, pertence ao conjunto de empreitadas anuladas. -----

Há várias empreitadas consideradas na listagem de obras, cuja adjudicação já foi feita e a publicação no portal do governo, que é obrigatória para efeitos de pagamentos posteriores, não efectuada. -----

Também fui ao sítio do portal do governo ver a relação de obras por empreitada e por fornecimentos de serviço e verifico que há outras que não estão consideradas nesta relação e não coincide com a listagem apresentada no relatório de síntese da câmara municipal. -----

O BE foi contactado pelos moradores da urbanização da Quinta do Gil, sobre um ofício enviado pelo senhor Vice-Presidente, em que era concedido um período de noventa dias para ser formalizada uma alteração à licença de loteamento ou procederem a nova delimitação dos terrenos, onde existem edificações. -----

Na sequência de um levantamento topográfico fornecido à CMC pelo Sr. João António Nogueira Ramalho que, segundo informação dos moradores era o primeiro proprietário do terreno. Acontece que parte foi vendida a um loteador, dada a existência de um loteamento, parece-nos que a situação colocada deveria ser entre o dono do terreno e o loteador. -----

Queríamos saber porque é que a CMC está a interferir neste processo e o que pensa do mesmo. ---

Questiono também o atraso no pagamento aos delegados nas mesas das três eleições ocorridas, uma vez que a transferência foi efectuada por parte da administração central. -----

Tendo em consideração que o cemitério continua a ser administrado pela CMC e as obras aí realizadas foram suportadas pela junta de freguesia, questiono a possibilidade de transferência desses serviços para a junta de freguesia, uma vez que esta aplica as suas verbas e as receitas vêm para a câmara municipal". -----

MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof. EMÍLIA SOARES (CDU), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

As questões a nível de fórum financeiro tínhamos a mesma leitura e as mesmas perguntas do Dr. Vasco Cunha, portanto fazemos dele as nossas palavras. -----

Questiono qual o ponto da situação dos processos de arrematação da empreitada da estação de tratamentos do Reguengo – Valada que parece-me foram colocados uns depósitos maiores para não extravasar as águas levando os resíduos para a ETAR de Valada que não está a funcionar; edifício sede do rancho folclórico do Cartaxo e para substituição do tecto falso das piscinas. -----

Aquando da auscultação do orçamento a CDU propôs ao Senhor Presidente a construção de umas piscinas cobertas, para descongestionar as piscinas municipais. -----

Questiono também as interrupções de trabalhos em várias rubricas, concretamente a beneficiação do pavimento 2009, mobilidades, zona industrial do Casal Branco, capela e casa mortuária dos Casais da Amendoeira. -----

Alerto para o reduzido número de ecopontos na cidade do Cartaxo. -----

Relativamente ao INATEL, questiono o facto da modalidade de basquetebol ser praticada apenas



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até ao mês de Julho, assim como o voleibol. Alerto também que os quadros são de difícil leitura. ----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. BERNARDO PEREIRA, (PS) no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Proponho que no próximo ano tivéssemos um orçamento em que, pontualmente, os diversos grupos parlamentares acompanhassem a elaboração do orçamento com informação atempada, de modo a criarmos uma espécie de orçamento participativo”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PAULO MOTA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente à página 23, da secção de obras por empreitada, do relatório de actividades, vem uma rubrica referente à remodelação do mercado municipal de Ereira, com a sigla A, que teve início dos trabalhos e está em elaboração de projecto de arquitectura. Na campanha eleitoral o PS colocou um outdoor para a construção de um novo mercado municipal na Ereira e, no documento diz que vai apenas remodelar o espaço. Na assembleia de freguesia foi referido que o mercado municipal de Ereira estava dependente de trabalho e reuniões com a autarquia”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ANTÓNIO PEGO (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“ Já que se trata da actividade camarária, gostava de referir uma situação que, penso, poderá ser esclarecida pelo executivo e até melhorada, em que um cidadão veio de Lisboa duas vezes para entregar documentação nos serviços, na quarta-feira não havia sistema e, hoje a tesouraria estava fechada. Pergunto se não é possível a câmara passar uma guia provisória ou receber esta quantia irrisória de três euros e emitir depois a guia definitiva dessa entrega de documentos. -----

Se o computador ficar uma semana avariado, será que a câmara não pode receber a documentação e as respectivas taxas. Pensa que devia haver uma solução para estas situações. ---

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. MANUEL SALGUEIRO (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Para responder à situação colocada pela Sra. Odete Cosme, em relação ao cemitério do Cartaxo, não estou a fugir a responsabilidades e, atendendo à grandeza da infra-estrutura, a junta de freguesia do Cartaxo não tem condições e meios humanos, é impensável que o cemitério seja transferido para a junta de freguesia do Cartaxo, por não ter condições para assumir essa situação. Os trabalhos realizados no cemitério fazem parte do protocolo entre a junta de freguesia e a câmara municipal, em que a junta de freguesia pode beneficiar infra-estruturas do próprio Município, que foi uma opção da junta”.-----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr.ª ODETE COSME (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Penso que a colaboração existente entre a junta e a câmara poderia continuar a existir, bem como o apoio dado pela câmara. Também os coveiros podiam passar da câmara para a junta. Como já trabalhei nas taxas e licenças a organizar a gestão do cemitério municipal, sei qual é o movimento



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tem e sei que não ocupa assim tanto tempo administrativo como o senhor Salgueiro possa julgar, porque está completamente informatizado.-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Queria apenas dizer ao senhor Bernardo que as suas últimas afirmações foram extemporâneas, porque não estamos a analisar orçamentos, mas a actividade da câmara durante o ano 2009.

Em relação aos orçamentos participativos de que falou, aconselho-o a ler na diagonal o que é um orçamento participativo antes de afirmar o que afirmou. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. MANUEL FABIANO (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Pedi a palavra para falar sobre a não continuidade das ETAR’s e o que existe é uma satisfação da minha parte, porque a ETAR do Reguengo foi iniciada, está em fase de elaboração e irá ser acabada. Quero ainda dizer que algumas pessoas fazem afirmações sem terem conhecimentos técnicos, eu não sou técnico de saneamento básico nem tenho conhecimento se na realidade aquilo que está a ser feito é o correcto, interessa-me apenas que o produto final irá ou não satisfazer das pessoas que habitam no Reguengo. -----

A situação que existe neste momento, uma máquina a retirar o que está dentro do depósito, é porque na realidade a obra ainda não foi terminada, ou seja, uma vez que o equipamento não está a funcionar é necessário que não caiam dentro do sistema que está a ser preparado o saneamento básico que, quando o equipamento estiver a funcionar terá o devido tratamento”.-----

Posso afirmar que os cheiros desapareceram embora o equipamento não esteja a funcionar, o pântano também desapareceu e os moradores do Reguengo estão muito satisfeitos por esta situação ter terminado. Vamos esperar pelo fim dos trabalhos com a supervisão dos técnicos do Município e, depois analisaremos, aqui, se o equipamento funciona ou não”.-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. FERNANDO RAMOS (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Na página 36, onde estão vários gráficos, não vem referido o Museu Escolar do Concelho do Cartaxo que tem tido uma adesão extraordinária por parte da população.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Em primeiro lugar, agradeço as recomendações que foram feitas pelas diferentes bancadas, do PSD e da CDU, em relação a determinadas obras ou manutenções, assim como do BE e PS no que diz respeito ao documento em apreciação e análise, bem como à actividade municipal.

Permitam-me que dispensa, até porque estão devidamente registadas. No entanto, vamos assumi-las como nossas, naquilo que são as recomendações que o executivo entende por aconselháveis de executar o mais imediatamente possível. -----

A Eng. Luísa Pato participa quatro ou cinco vezes por ano na assembleia da CIMLT e recordo que,



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na sessão passada, o PS propôs a mesma, entre outras pessoas do concelho, para representante legítima de uma lista bem elaborada e que conta com a participação de todos os partidos nesse mesmo órgão. -----

Quer na assumpção de funções de presidente de câmara, quer enquanto responsável no âmbito da CULT e agora CIMLT, o Município do Cartaxo esteve sempre bem representado e nunca deixou de ter a sua posição oficial sobre as diferentes matérias. Estivemos sempre na linha da frente, estamos e continuaremos a estar, naquilo que são todo o tipo de projectos intermunicipais, como o Ribatejo Digital, projectos de urbanismo onde somos pioneiros em determinadas acções de modernização administrativa do urbanismo e pessoal ou outras áreas e departamentos. -----

Podemos também aferir na relação benefício/custo da nossa presença, que não entendo ser apenas a presença nas reuniões executivas da CIMLT que reúne apenas uma vez por mês, os meus contactos com os municípios vizinhos são diários e permanentes. Isso significa que trabalhamos de forma regular e contínua, só assim se pode explicar que o Município do Cartaxo foi um dos municípios que, mais fundos comunitários, recebeu no QCA III, o Município que mais recebeu em termos da sua dimensão e considerando o carácter de proporcionalidade em relação à sua dimensão per capita nos fundos do QREN, pelas compensações do aeroporto da Ota, contratualização ou fundos que estão adstritos ao POPH do potencial humano, POFC dos factores de competitividade e ao PLVT de valorização territorial. Ou seja, a ligação à CIMLT não só é umbilical, regular e permanente. -----

O senhor Vice-Presidente tem-me substituído sempre que não posso ir, provavelmente, as datas que possui, referem-se ao anterior mandato numa ou noutra reunião, não tem nenhuma data dos dois meses mais recentes. -----

Estando presentes, votando ou não uma determinada proposta da CIMLT, o Cartaxo é acarinhado. O Presidente da câmara municipal do Cartaxo estará sempre na linha da frente de defesa da CIMLT e sobretudo na defesa do Município do Cartaxo. -----

O Dr. Vasco Cunha fez um retrato do país e do concelho, como quebra de receitas, dificuldades de tesouraria, que é necessária uma nova lei das finanças locais. De facto, não devemos os 11 milhões de euros que estão aí apresentados como dívida a fornecedores, porque há uma dívida directa e acordos financeiros feitos directamente entre os fornecedores e o banco, onde o Município do Cartaxo age como entidade que salvaguarda essa mesma relação de pagamento, naquilo que entende que é uma obrigação. -----

Desde 2002 o Município do Cartaxo não parou de fazer obras e investimentos e aquilo que aconteceu no primeiro mandato, aproveitar os fundos comunitários, tem a sua repercussão não só no anterior mandato e no actual, porque se conseguíssemos financiar esses investimentos com empréstimos a médio e longo prazo, em vez de financiar os mesmos no fornecedor ou o empreiteiro como aconteceu nos últimos anos, as dificuldades de tesouraria seriam diferentes. -----

Quanto ao BE vai ser respondido por escrito sobre algumas das matérias enunciadas. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Peço à Senhora Presidente da Assembleia, para que o BE faculte informação sobre o “site” da transparência. -----

A CDU fez referência à questão de um conjunto de obras que vamos também dar resposta por escrito, sobre o rancho folclórico do Cartaxo, as piscinas, que são obras em curso ou com procedimentos adiantados, assim como um conjunto de recomendações feitas em termos de ambiente”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr.ª ODETE COSME (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Existem determinados contratos que estão no site no governo e não constam na listagem da actividade municipal, e outras que estão na actividade municipal que não estão publicadas no portal, o que é mais grave, porque já houve pagamentos”. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vou dar uma nota em relação ao mercado municipal da Ereira que, tem a ver com uma alteração de prioridades do executivo da junta e, nesse sentido, estamos a trabalhar numa plataforma de entendimento, para percebermos de que forma é que a câmara municipal pode ajudar a junta à semelhança do que ajuda as outras freguesias. -----

Temos falado sobre este assunto, que passa pela não construção do mercado municipal e a adaptação do existente, assim como canalizar e orientar investimento existente na freguesia para outros pólos de execução de obra. -----

Em relação à questão levantada pelo Sr. Pego, é uma prioridade da câmara municipal, no futuro, a modernização administrativa e desmaterialização dos processos, para irem ao encontro das necessidades das pessoas. O que foi levantado como hipótese não é possível. A tesouraria teve as suas limitações, fruto de estar em balanço.

Quanto à situação da rua Maria de Lurdes Infante da Câmara, a Câmara Municipal está a acompanhar o processo, estando dentro da legalidade. Também há uma comissão de moradores formada e sensibilizada para este assunto. Creio que há algumas informações que podem não corresponder à realidade, no entanto existem alguns anexos que não estão legalizados. -----

Optou-se por fazer uma reunião com os representantes da comissão de moradores e convido a estar presente quem colocou a questão”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr.ª ANA RODRIGUES (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Como praticante e desportista vou falar da questão do basquetebol, no INATEL, que deixou de existir, porque as tabelas pertencem ao ATENEU. -----

Tendo em conta que o desporto é uma alternativa ao consumo de estupefacientes, questiono para quando um pavilhão”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr.ª ODETE COSME (BE), no uso da palavra fez a



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte intervenção: -----

“Queria transmitir ao Sr. Presidente que está, neste momento, a ser enviado para o seu email toda a informação sobre o site da transparência e do portal do governo. -----

Queria ainda, pedir que o Sr. Presidente, respondesse à questão colocada sobre o atraso no pagamento das verbas aos delegados das mesas, uma vez que tem a ver com receita consignada destinada para aquele fim”. -----

A SENHORA VEREADORA DRA. RUTE OURO (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Informo que a contabilidade ainda não tem os elementos todos disponíveis, o Sr. Carlos Cláudio está a preparar a informação e, pensamos que ainda no mês de Janeiro consigamos fazer todas as ordens de pagamento previstas das três eleições”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. CARLOS MOTA (CDU), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Segundo foi protocolado entre o ATENEU e a CMC as tabelas de basquetebol do INATEL, neste momento, já são propriedade da Câmara Municipal e não estão no ATENEU”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vou fazer três breves reflexões. -----

Diz o Senhor Presidente que, aquilo que eu referi é a realidade local, regional e nacional, mas as contas são apenas do Município do Cartaxo, o que demonstra que foi aquilo que foi possível ao executivo fazer e realizar com determinados montantes que foram entregues para gerir. -----

Em relação ao III quadro comunitário, em que a comparticipação era cerca de 60% a 65% no máximo, exigindo aos municípios cerca de 30 % a 35% de fundos próprios para fazer investimento, olhando para a dívida que o Município do Cartaxo tem a médio e longo prazo, estamos a falar em 23 milhões de euros. -----

Se 20 milhões de euros tivessem sido utilizados só para pagar ou participar fundos comunitários, teríamos tido no concelho um investimento de 70 milhões de euros. -----

O senhor presidente disse que tinha passado o mandato em obra e pergunta aos presidentes de junta se conseguiram descobrir tanto investimento nestes últimos quatro anos. -----

Recordo-me até que, o mandato passado, começou com o investimento dos sintéticos em Pontével e Vila Chã de Ourique, que é um investimento que está em renda para ser pago ao longo dos próximos anos. -----

Não concordo quando o Senhor Presidente diz que tem feito muita obra e que esta é uma realidade local, regional e nacional”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Tive o cuidado de precisar que as decisões que tomamos hoje têm impactos no futuro, pelo que fiz



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um enquadramento que não se limitou ao último mandato. Disse que aproveitamos, desde o ano de 2000 até agora, para concretizar um conjunto de investimentos. -----

O Senhor Deputado reconhece aquilo que era o concelho há dez anos atrás e hoje. Recordo que há determinado tipo de realidades em termos de acessibilidades, aquisição de terrenos para instalação de empresas, de equipamentos socioculturais desportivos, instalação de equipamentos na área da educação, saúde ou participação de dinâmicas na área da saúde, assim como outro tipo de dinâmicas económicas nas diferentes freguesias que, transformaram o Município do Cartaxo nos últimos dez anos. -----

Referi que esta era uma realidade de investimentos e de obra, reconhecida por todos. Neste período de tempo foi feito mais investimento do que aquilo que foi a proporção dos apoios comunitários comparativamente aos restantes quadros comunitários. -----

Proporcionalmente havia menos dinheiro se fizemos a percentagem percentual do que recebemos a fundo perdido, mas recebemos numa dimensão maior, daí a dívida. Esta é uma física e de investimentos, a outra é uma realidade financeira e aí, só disse que a lei do orçamento de estado ao limitar a lei das finanças locais ano após ano, desde 2002 até agora, prestou um péssimo serviço ao país, não permitindo o endividamento de municípios como o nosso, mas agora, ao mesmo tempo permite, podemos através do QREN ir buscar esse dinheiro, o que acaba por empurrar e a pressionar os fornecedores e os empreiteiros. -----

Em vez de ser uma dívida a curto prazo a fornecedores e empreiteiros, poderia ser uma dívida consolidada no médio e longo prazo, no caso do Município do Cartaxo. Quando disse que era uma realidade nacional, referia-me às receitas correntes. A nível local, regional ou nacional vimos uma quebra significativa das receitas, resultado da actividade económica. A nível local há uma realidade e assume as responsabilidades pelo que tem sido feito de bom e menos bom. -----

Esta realidade do Município do Cartaxo acontece fruto de uma metodologia errada. Tivemos de aproveitar os fundos comunitários para fazer obra mas, ao mesmo tempo, trancaram-nos a hipótese de ir buscar mais dinheiro no médio e no longo prazo no tempo exequível". -----

Não havendo mais pedidos de intervenção passou de imediato ao ponto dois da Ordem do Dia. ----

2. Aprovação da proposta das Grandes Opções do Plano e orçamento do Município do Cartaxo e do Mapa de Pessoal para o ano de 2010 -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O BE analisou as Grandes Opções do Plano apresentadas pelo executivo para o ano de 2010, venho expor e solicitar clarificações sobre algumas situações que consideramos serem incumprimentos sucessivos, contradições e duplicações no documento. Solicito uma clarificação para algumas das situações que vamos apontar, por parte do executivo. -----

Vou começar pela lista dos projectos esquecidos, ou seja, projectos de anos anteriores que continuam previstos em 2010, com valores irrisórios, a que chamamos projectos para encher



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamentos. Dou exemplos: governação e modernização administrativa, nova loja do cidadão, simplex autárquico, arranjos complementares, obra do tribunal, escola profissional do Município do Cartaxo, universidade de tempos livres, incentivo à formação profissional, plano de desenvolvimento social, apoio a famílias, subsídio escolar, programa de justiça, centro tecnológico, tenho uma lista que já entreguei à comunicação social e à mesa. -----

Considera mais uma vez que o PPI é um reportório de intenções ocasionais, em clara contradição com o que o executivo escreve no 2º parágrafo, da página 3, do documento, dizendo que houve lugar a profunda análise das variáveis endógenas e exógenas infra-estruturais e institucionais, continuando com o processo de intenções. -----

Existem também duplicações nas grandes opções do plano, para encher mais uma vez, consideramos nós, esperemos estar errados, o PPI coloca acções que claramente são as mesmas com outro título. Dou como exemplo a modernização administrativa, simplex autárquico e reorganização interna. -----

Questiono se estará duplicado com a optimização de processos, incentivos à formação profissional, POPH qualificação dos profissionais da administração pública.-----

Projecto de ambiente e implementação de sistema de gestão no ambiente, mobilidade territorial, estará em duplicação com rede rodoviária, beneficiação da EN 114.2, 3.2 e 3.3, beneficiação e conservação da rede viária municipal, sinalização direccional, movível e amovível. -----

Como contradições, encontrámos acções a desenvolver, que se chega a perceber o porquê das suas existências, pelo contexto contraditório que possuem, por exemplo, a beneficiação da Quinta dos Sousas e instalação do novo parque de máquinas, gostávamos de ser esclarecidos; projectos na área dos abastecimentos de água que são da responsabilidade do concessionário; previsão da construção da esquadra da PSP e respectiva comparticipação (de quem é a responsabilidade da obra, quem comparticipa e quem paga a obra), previsão das intervenções no parque de Santa Eulália e ribeira do Cartaxo que estão a ser adjudicados pela RUMO 2020 (quem vai fazer as intervenções). -----

Com estas contradições, duplicações e verbos de encher nas grandes opções do plano, sentimos falta de uma política social com dinheiro efectivo para pôr a rede social em andamento que consideramos essencial, política de mobilidade de transportes públicos e não só a favor do carro, TUC e transportes inter freguesias, que já conversámos quando fomos recebidos ao abrigo do estatuto da oposição e, aproveito para solicitar que o Cartaxo faça *lobby* com os outros Municípios, nomeadamente com aqueles que fez para haver uma paragem no Setil, para que haja um passe social até Santana. -----

O Setil beneficiou os outros municípios mais do que o Cartaxo, temos uma grande quantidade de cidadãos que vivem no Cartaxo e trabalham em Lisboa, já alertei o Senhor Presidente que mostrou sensibilidade, para os custos de quem utiliza transportes públicos. -----

Relativamente às compras e vendas de terrenos, na última Assembleia Municipal ficaram várias



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questões por nós levantadas por esclarecer, no que diz respeito à venda do campo da feira. -----

Vou recordar de novo as perguntas que fiz e não foram respondidas: -----

A nova avaliação é anterior, contemporânea ou posterior à avaliação assinada pelo técnico, Eng. Paulo Varanda, gostávamos de saber a data da última avaliação, porque a segunda não estava datada. -----

O tempo que ocorreu entre a primeira e segunda avaliação foi pequeno de mais e a diferença de terrenos, não ficámos convencidos, pelo pedimos novamente explicação para uma discrepância tão grande no preço. -----

Gostávamos de ter a opinião do Executivo Camarário sobre qual das avaliações considera correcta, visto que os pressupostos das duas avaliações foram os mesmos, como referenciou também o deputado Carlos Mota da CDU. -----

Como foi referenciado este técnico. Também foram solicitados os processos da escolha do técnico, mas não foram dados. -----

Sendo o técnico em causa o Eng. Vítor Manuel Mendes Lopes Felisberto e que, também é capitão engenheiro militar, gostávamos de saber se o senhor Vice-Presidente conhece a carreira dele e se nos pode elucidar como técnico, visto haver uma discrepância tão grande entre as vossas avaliações. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr.ª RITA GAMEIRO (PS), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Apenas queria deixar uma sugestão e uma questão ao executivo, no que diz respeito ao resumo das receitas e à metodologia aplicada. Sugeria que existisse uma descrição mais detalhada dos pressupostos e princípios assumidos, para ficar mais clara a quem está a ler o documento. -----

Relativamente às receitas de capital, temos uma rubrica de outros com um grande peso nas receitas, que gostaríamos que estivesse mais detalhada para uma melhor compreensão”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr.ª ODETE COSME (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Gostaria de perguntar porque é que no PPI não existem percentagens do financiamento externo dos projectos, quais é que são co-financiados, e mesmo que todos os projectos fossem financiados a 100% a receita prevista seria superior aos investimentos, a discrepância existente entre a receita de 23 milhões de euros e um investimento de 22 milhões de euros. -----

Também gostaria de saber porque é que neste documento é considerada uma verba de 1 milhão de euros para a RUMO e no contrato-programa da RUMO é de 750 mil euros. -----

Na página 19, onde é indicado que nas GOP os valores inscritos em projectos anteriores a 2009, referem-se a valores cuja liquidação se encontra pendente, aguardando a apresentação de certidões obrigatórias pelas respectivas entidades, as quais já foram pelos serviços para o efeito, pelo que questiona a situação. -----

Já no PPI do ano 2008, estava referenciado sempre este parágrafo com esta justificação, quando a



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lei do orçamento de estado obriga que, sempre que as empresas não apresentem as certidões devem ser feitas as retenções legais, para uma continuidade dos projectos. -----

Na página 111, aquando da descrição das despesas com o pessoal que todos os documentos até 2008, eram enviados com desagregação aconselhada pelo POCAL pelas diversas divisões e secções. Questiona porque é que houve a regressão de não o fazer, quando a implementação da contabilidade de custos iria tirar proveitos dessa situação. -----

Questiona sobre a existência de uma lista de projectos para 2010, a iniciar e concretizar em 2012, com valores considerados irrisórios para as obras e projectos em questão. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

Leu a um documento, (anexo 10), relativo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010.

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. CARLOS MOTA (CDU), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A análise que a CDU fez das grandes opções do plano e orçamento para 2010 já foi transmitida pelo vereador da CDU em sede na reunião do executivo e outros deputados já fizeram também uma análise detalhada, vou apenas referir os aspectos gerais que me parecem suficientes para justificar o voto contra da CDU. -----

A CDU verifica a não implementação de orçamento participado, com consultas às diversas forças políticas e presidentes de junta, o que é muito pouco, para o objectivo comum a todas as forças políticas e manifestado pelo Senhor Presidente da Câmara no acto de posse. -----

Um aspecto aludido pelo membro Rita Gameiro que, neste orçamento, tanto nas receitas como nas despesas, mais de 40% dos valores estão incluídos em rubricas genéricas de *outros* e *outras*, o que não permite a esta assembleia destringir e votar em consciência as verbas orçamentadas. -----

Nas receitas fere de forma grave o princípio da prudência, porque estamos a contar com receitas consideradas virtuais, por não estarem devidamente discriminadas. -----

Não questionamos os investimentos constantes no plano e no orçamento, porque entendemos que todos são importantes, no entanto questionamos o critério de prioridade. Atendendo que o Município não tem capacidade para avançar com todos os investimentos em simultâneo, é imprescindível que haja um critério rigoroso de prioridades. -----

Tendo em conta o compromisso político do Senhor Presidente em termos sociais, o desemprego é um factor grave e alarmante no concelho, pelo que é necessário garantir a fixação das empresas existentes e a captação de novas empresas, sendo fundamental que os parques de negócio e as zonas industriais avancem. -----

Neste orçamento é dado a entender o que é inteligível por nós e daqui por um ano, estamos que a dizer que volta a estar inscrito no orçamento mas que não foi nada feito. -----

O problema do desemprego no concelho que a CDU é importante resolver, não está devidamente coberto por este plano e orçamento. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

São estas as linhas gerais porque a CDU vai votar contra este plano e orçamento. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Agradeço algumas das recomendações e enalteço o acompanhamento que a CDU tem feito sobre as matérias desenvolvidas ao nível do Município e, em particular, o reconhecimento público que faz ao trabalho que desenvolvemos na área da educação e da acção social.

Na assembleia é vulgarmente apresentado pelo Dr. Vasco Cunha a teoria do caos, no entanto, é importante distinguir a comparação entre orçamento/conta gerência com orçamento/orçamento, penso que por todas as bancadas, mas em particular pelo Dr. Vasco Cunha faz sempre as comparações entre o que é orçado e o que efectivamente se concretiza, chegando à conclusão que, em momentos de crise, aquilo que se concretiza é significativamente inferior ao orçado, o que não é difícil acontecer. Pior seria, se ao nível da receita tivéssemos uma redução significativa e continuássemos com uma despesa significativa e crescente. -----

No que conta fundamentalmente para a gestão de ordem orçamental e patrimonial, é a comparação das contas de gerência, porque é o que plasma a maior ou menor actividade e o maior ou menor equilíbrio. -----

Porque comparar o orçado com o executado ano após ano, de 2006 até à actualidade, acaba por não ter a tradução directa do que foi feito e do que equilibrou ou desequilibrou. -----

Pensa que ninguém na Assembleia Municipal, refuta que, desde 2005, as verbas para as freguesias têm crescido em orçamento e conta de gerência, assim como as verbas para as colectividades. -----

Nas despesas com o pessoal, se compararmos o que está orçado com o concretizado temos uma realidade, mas se compararmos as contas de gerência verificamos a estabilidade nas despesas com o pessoal, em 2005 apresentava 2,5 milhões de euros, em 2006 cerca de 5,8 milhões de euros e em 2007 o valor de 5,9 milhões de euros, não obstante o concelho continuar a crescer. -----

Quanto às horas extraordinárias, ao compararmos o que está orçado com o executado temos uma realidade, mas ao analisarmos a conta de gerência verificamos uma estabilidade dos cerca de 350 mil euros até aos 420 mil euros. -----

Idêntica estabilidade se verifica com as despesas correntes, porque se no ano de 2005 tínhamos cerca de 10,6 milhões de euros, em 2006 o montante de 10,2 milhões de euros, e em 2009 estima-se cerca de 11 milhões de euros. -----

Ao analisarmos esta realidade de contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial, verificamos que as duas principais rubricas que contam para uma empresa demonstrar se cresceu qualitativamente, o activo líquido e património do Município do Cartaxo, passou em 2005 de 38,6 milhões de euros e em 2009 o activo líquido vai cifrar-se em 91 milhões de euros. -----

Constatamos uma evolução positiva crescente nos resultados líquidos. A rubrica patrimonial retrata o resultado líquido e o activo líquido. -----

Do ponto de vista financeiro, se fizermos a análise anual e comparativa de 2005 a 2009, verifica-se



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabilidade nas despesas correntes e uma valorização do património, activo líquido, resultado líquido, descentralização de verbas para as freguesias, dinâmica social e aumento da política de investimento, bem como um investimento no valor de 1,2 milhões de euros. -----

A opção da saída das águas do Ribatejo verifica-se cada vez mais acertada, EPAL/concessão é uma boa opção, a valorização das acessibilidades teve durante os últimos dois mandatos a grande revolução no concelho, com as ligações à auto-estrada, ponte, sul do país e do distrito, as valorizações internas e inter freguesias e intra freguesias nos aglomerados urbanos. Também se verifica uma valorização em termos de regeneração urbana, educação, empresarial na zona de Vila Chã de Ourique/Cartaxo onde em 2003 foi feito o saneamento, passeios e estradas novas. -----

Nas grandes opções do plano, dentro dos vectores educação, acção social, acessibilidades e emprego, infra-estruturas básicas, dinâmica social em equipamentos descentralizados pelas freguesias, conclui-se que as oito freguesias têm melhores condições. -----

Se os orçamentos não tivessem execução ficava preocupado, o que significa que algo correu menos bem nas expectativas geradas e existentes. -----

Muito preocupado ficaria, se na evolução do concelho ao longo dos anos tivéssemos a despesa corrente a disparar, receita corrente a descer, investimentos a diminuir e o património a descer, nesta situação seria, sim, a pratica do caos. -----

Estas rubricas representam sinal contrário, ano após ano, a conta de gerência de 2005 até agora no anterior mandato foram feitos ainda mais investimentos. O que levou a um aumento do activo líquido, descida do património, estabilidade nos resultados líquidos e valorizaram-se pela positiva.

Neste momento ainda é possível fazer investimentos com a comparticipação de fundos. -----

Penso que o concelho do Cartaxo está no caminho certo. Compreendo que a oposição possa ter opções diferentes, mas também não são apresentadas, posso ver que haja prioridades apresentadas que sejam mais relevantes mas também não as tenho visto serem enaltecidas. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O Senhor Presidente fez a apresentação do seu ponto de vista relativamente a um conjunto de vectores da CMC. Tal como fez na última Assembleia Municipal, em que reconheceu que o festival do Tejo ou de vinhos, tinham sido projectos que não tinham corrido bem e onde a CMC envolveu bastante dinheiro. -----

Hoje, também podia reconhecer que é uma afronta que um orçamento destes tenha 1% de despesa em publicidade e, que de acordo com este orçamento no próximo ano será no valor de 527 mil euros. Este é um exemplo de como se pode gerir uma câmara e fazer caos das contas da câmara municipal. -----

Também a avaliação recente do ROC em relação à Câmara Municipal do Cartaxo ou a avaliação que a Direcção Geral das Autarquias faz quanto ao prazo de pagamentos do Cartaxo, não parecem críticas muito favoráveis ao executivo municipal, para além de outras avaliações que resultam do



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tribunal de Contas ou da Inspeção Geral da Administração Local. -----

Verificando o que foi orçado e concretizado na última década no concelho do Cartaxo, é fácil constatar que orçamentos que se executavam a 90%, hoje apresentam 20% a 27% de execução orçamental. -----

A teoria do caos é por exemplo o Dr. Pedro Ribeiro não se rever provavelmente nesta liderança, o Eng. Álvaro Pires não se revê provavelmente nesta liderança, o Prof. Augusto Parreira e a Dra. Elvira Tristão também não se revê nesta liderança.

A SENHORA PRESIDENTE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Desculpe senhor deputado, penso que nos estamos a afastar um pouco do que estamos a discutir e estamos a referir nomes e penso, não ser a melhor forma de debatermos os problemas do Município-----

MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD) -----

É legítimo aquilo que estou a dizer, é tão legítimo como aquilo que o senhor Presidente acabou de dizer. Portanto, ainda nesta teoria do caos, o senhor Presidente tem de perceber que há partidos que vão a eleições e que significativamente têm ao longo dos tempos tido o seu eleitorado e o eleitorado que o elegeu para estar aqui, e o Carlos Mota para estar na bancada da CDU ou o Pedro Mendonça para estar no BE, se quisesse eleger os pontos de vista do Dr. Paulo Caldas teria votado no PS. O que eu venho aqui dizer são pontos de vista que resultam também de umas centenas de pessoas no concelho do Cartaxo, que ao longo dos anos têm vindo a reprovar a liderança do Dr. Paulo Caldas no concelho do Cartaxo. -----

Não vale a pena estarmos com a ilusão sobre o que é o orçado e o concretizado, porque o facto é que verificando aquilo que foi orçado e o concretizado ao longo da última década no concelho do Cartaxo, é fácil constatar que os orçamentos que se executavam a 90% hoje estamos com estes montantes irrisórios de 25 a 27% de execução orçamental, e isto tem um responsável. Esse responsável não sou eu, eu estou do lado de cá e a mim cabe-me vir aqui fiscalizar a acção do executivo municipal. Que o senhor presidente com a humildade natalícia possa reconhecer que há disparates que foram cometidos ao longo destes anos. -----

Não foi no primeiro dia que constatei que a sua gestão na CMC poderia vir a dar um caos, mas a partir do segundo mandato, porque até ao segundo mandato ainda me abstive no orçamento que apresentou, a partir daí percebi como é que as coisas iam ser geridas e parece-me que depois de mim, houve alguns vereadores mais naquela equipa que perceberam para onde estávamos a ser conduzidos. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vou-me escusar responder à última parte ou à intervenção do Dr. Vasco Cunha. -----

Em relação aos cerca de 500 mil euros que estão previstos no orçamento para a publicidade, não podemos analisa-los isoladamente, porque ao analisarmos os orçamentos e exercícios dos anos



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriores verificamos que o investimento nesta área foi na ordem dos 45 mil euros anuais, o que significa que será uma aposta na consolidação, estabilização e eliminação de grande parte da dívida dos últimos anos. -----

Relativamente às observações feitas pela Dra. Rita Gameiro e outros membros da assembleia sobre a verba classificada na rubrica *outros*, é de realçar que também estão incluídas estas parcelas, o que não deixa de ser uma nota positiva e de melhoramento neste aspecto de criar novas económicas, no sentido destas rubricas espelharem melhor certos custos, que tornam mais transparentes actividades como o centro cultural ou a Quinta das Pratas. -----

As grandes opções do plano foram fruto de um estudo aprofundado e continuado do plano estratégico de desenvolvimento para o Município do Cartaxo, não aparece de forma isolada do que foi feito em anos anteriores e do que se pretende fazer no próximo ano. -----

Relativamente à intervenção do Dr. Pedro Mendonça onde afirmou que muitos dos itens designados constituem os projectos esquecidos, não é possível de forma alguma mantermos todas as rubricas e concluirmos todas as obras apenas num ano, no entanto deixando-as abertas é um sinal de que há um caminho e para ali que serão canalizados verbas assim que seja possível, estimulando o conceito de prioridade. -----

Não há duplicação da modernização administrativa, simples ou outros itens que tenham sido apontados, apenas constituem sedes diferentes de captação de verba para investimento. -----

Contava que nesta altura fosse inteligível que há uma comparticipação de 90% por parte da administração central, mas a CMC assumiu essa responsabilidade, tendo ficado bem patente na altura que foi protocolado. -----

Relativamente às despesas com o pessoal, acrescento que a desagregação é a que se encontra mais actualizada. Também esta verba subiu de forma significativa no montante de 9,2 milhões de euros contrapondo 8,4 milhões de euros do ano passado, pelo que, havendo contratos em fase terminal e a previsão de enquadrar as pessoas para esses lugares leva a uma duplicação de custos não de pagamento de indemnização, mas quando a verba é cabimentada e é lançado o procedimento, as mesmas devem ser contabilizadas em todo o tempo que o procedimento se desenrola, sendo esta uma das principais razões porque a verba teve de ser considerada e sempre conservativa. -----

Para além disso, optou-se por accionar a posição gestionária para alteração dos escalões do pessoal, que corresponde à grande maioria dos assistentes operacionais e auxiliares administrativos, estando relacionado com a progressão nas carreiras e apesar da reduzida verba no valor de 40 mil euros, que este executivo optou por accioná-la apoiando esta progressão e a vida diária dos trabalhadores que se empenham nas diversas áreas da sua actuação. -----

Relativamente à afirmação do vereador da CDU, em que a área social estaria subvalorizada, anotava que até nas despesas com o pessoal está incluída a verba de recursos humanos, concretamente os que estão propostos e já em actividade na área dos contratos de inserção e



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

emprego e contratos de inserção e emprego mais, é uma verba também significativa que se optou canalizar, embora o gráfico apresentado nas primeiras páginas do documento possamos ficar numa análise superficial. -----

Quer na educação, quer noutras áreas como do pessoal há uma aposta e um avançar no sentido de estarmos de acordo com estas prioridades, no entanto o POCAL constrange as classificações e obriga a seguirmos um determinado caminho. -----

Realça uma clara aposta deste orçamento na continuidade da descentralização e aposta nas freguesias, não se entende porque é que houve comentários a sugerirem que a Ereira fosse tratada à parte, o que na prática tem sido rebatido sendo canalizada toda a atenção de forma equitativa e prioritária para todas as freguesias. Assim, constitui uma aposta na descentralização e na manutenção da verba do ano anterior, mesmo em altura de dificuldade conseguimos manter este princípio com os protocolos da educação e as verbas destinadas a despesa corrente. -----

Quanto à área de água e saneamento foi afirmada a existência de uma verba residual e a sua finalidade, o que na realidade corresponde a uma verba de 200 mil euros, destinada à consolidação e ligação das infra-estruturas ao colector dos aglomerados, pelo que não há outro entendimento como a canalização do investimento para outra área. Pretende-se a conclusão dos trabalhos para que a infra-estrutura sirva a ligação da habitação ao emissário, que vai ser assumida pela CMC. ---- Desde 2002 que o POCAL obriga a carregar o valor total da dívida que, segundo a questão colocada pelo Dr. Vasco Cunha, esclareceu que a mesma tem a ver com a legalidade do documento e o satisfazer de todos os princípios que neles estão vertidos. -----

O apoio às colectividades também está patente no orçamento, com uma ligeira reformulação em termos de canalização de investimento para esta área, no entanto há um reforçar de outro tipo de apoios relacionados com eventuais necessidades de apoio logístico de pessoal e equipamentos orientados para as actividades desenvolvidas pelas colectividades. -----

O executivo municipal vai responder por escrito ao pedido de esclarecimento efectuado pelo Dr. Vasco Cunha, referente à RUMO 2020 e às verbas que vão ser canalizadas fruto da deslocalização do aeroporto da Ota. -----

Uma apostas deste orçamento e das grandes opções do plano é a área da educação, que apresenta cerca de 11 milhões de euros para o próximo ano, nesta consolidação descentralizada das infra-estruturas orientadas para a educação, resultante do entendimento de que o plano estratégico é necessário implementar através de uma política activa e agressiva de consolidação de infra-estruturas, tal como acontece na área das acessibilidades onde há aposta nos grandes projectos que passam pelo viaduto de Santana ou repavimentação dentro e fora dos aglomerados urbanos. -----

Também a área social é uma aposta, com uma verba de 100 mil euros a ser canalizada para a vertente habitacional com a reabilitação de habitação social e realojamento. -----

Na área da educação com continuidade da comparticipação de uma verba que ascende a 420 mil



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros, para apoio ao pagamento das refeições às escolas básicas do concelho. -----

Na área da Cruz do Campo apresenta verbas residuais, fruto do PDM e a área da Lapa apresenta alguns constrangimentos que a CMC ainda não consegue ultrapassar, estão em fase de projecto de infra-estrutura. Porém, continua a ser uma aposta na consolidação de infra-estruturas para que consigamos criar riqueza e emprego, em particular no Casal Branco. -----

É nosso entendimento que, de forma transversal e obedecendo às prioridades do concelho em termos de carência, fruto de uma reflexão que teve o contributo de todas as áreas partidárias, conseguimos colocar o Cartaxo mais à frente com a adopção e consolidação do plano apresentado.

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr.^a ODETE COSME (BE), no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Queria dizer ao Senhor Vice-Presidente que lamento contrariá-lo, o POCAL refere e recomenda a desagregação da despesa, que não está a ocorrer, tinha sido posta e não consta neste PPI, pelo que houve uma contrariedade àquilo que é aconselhado pelo POCAL. -----

Relativamente ao montante de 11 milhões de euros para a área da educação, provavelmente 90% vai ser comparticipada pela Administração central, o que não é apenas investimento do Município do Cartaxo. -----

Quanto à reunião realizada ao abrigo do estatuto da oposição sobre o Casal Branco, formação de postos de trabalho e criação de emprego, na, ficou claro por parte do Senhor Presidente que se isso acontecer daqui por dois anos, foi dito que, desde a infra-estruturação à criação de ETAR's e tratamento das águas, possivelmente ia levar cerca de dois anos. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“Tenha-se consciência que estas áreas empresariais demoram dez e quinze anos a consolidar, após a infra-estruturação do Casal Branco, entrada das empresas e um conjunto significativo de postos de trabalho nos próximos dois anos”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. CARLOS MOTA (CDU), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Referi em nome da CDU e reitero que, o real drama social que é o desemprego e grassa no concelho, ao contrário opinião do senhor Vice-Presidente, não está garantido o seu combate e a sua contribuição para a sua resolução no plano e orçamento de 2010”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

O Senhor Vice-Presidente não respondeu à questão sobre o facto de o documento não ser claro para nós, não deu para perceber quais eram as linhas, porque falou que valores residuais são para grandes projectos não serem esquecidos e para sabermos que eles estão ali presentes, porque o planeamento de grandes obras não se faz com valores residuais. -----

O Senhor Vice-Presidente não respondeu em relação à aposta nos transportes públicos, também



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não disse qual era a política social da CMC neste documento, a educação apenas fala que se caminha. -----

Continuam sem resposta as três questões sobre a avaliação e a venda do campo da feira, que coloquei na passada sessão da Assembleia Municipal. -----

Também fiz um pedido de auxílio sobre se conhecia ou não o técnico Vítor Manuel Mendes Lopes Felisberto e as suas competências para a avaliação deste terreno. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Conheço praticamente todos os militares que trabalham no país e não me cabe a mim aferir a sua competência, sendo apenas na ordem dos engenheiros atribuí a qualificação de membro e não me cabe a mim fazer comentários sobre quem quer que seja, havendo instituições e organizações profissionais para o efeito. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente à avaliação, depreendeu das palavras do próprio deputado que a última avaliação é posterior e com data contemporânea, foi depois a decisão em câmara, e a colocada novamente em proposta fechada e hasta pública. O documento será posteriormente entregue por escrito. Como é óbvio, se temos o centro escolar que ocupa 2,5 hectares tem de haver uma redução de valores. ----

Não quero conexões do meu executivo ou de mim próprio, em relação às pessoas que desenvolvem serviços para o Município do Cartaxo e na defesa do interesse público. -----

Deixe-me tranquilizar o Dr. Vasco Cunha de que vai entregar a lista à senhora Presidente da Mesa, que depois terá uma palavra com ele, para recordar o nome das equipas que fizeram parte das lideranças e gestão do Dr. Vasco Cunha. Já percebi que o Dr. Vasco Cunha tem para além da política do caos. -----

Infelizmente tocamos no nome do Dr. Valter Marques que deu um contributo enorme para as acessibilidades do concelho, desprendido de qualquer vertente político e partidária em devido tempo reuniu comigo, e foi de uma importância capital para a concretização do nó de acesso directo à A1. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Foi numa Assembleia Municipal que perguntei se este técnico Vítor Manuel Mendes Lopes Felisberto, tinha nascido de geração espontânea nesta câmara, como é que apareceu na CMC e através de que procedimento foi escolhido, o Senhor Presidente respondeu que tinha sido referenciado e que tinham uma lista”. -----

Fiz esta pergunta ao executivo e o Senhor Presidente respondeu zero, o Senhor Vice-Presidente na anterior Assembleia falou do assunto não querendo falar. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof. EMÍLIA SOARES (CDU), no uso da palavra, fez



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a seguinte intervenção: -----

“Durante as duas horas e meia que fui vereadora pedi ao executivo que facultassem o protocolo existente das verbas consignadas por criança, dos jardins de infância do pré-escolar e as mensalidades que os pais pagam este ano. -----

Porque é que este ano a Assembleia Municipal se realizou depois das assembleias de freguesia, o permitia que houvesse conhecimento das freguesias e da verba atribuída a cada uma delas. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da assembleia Municipal, deu início à votação. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município do Cartaxo e o Mapa de Pessoal para o ano de 2010, com 17 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PSD.

De acordo com o art. 25.º do Regimento da Assembleia Municipal, segue a seguinte declaração de voto: -----

Declaração de voto -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra: ---

Leu a declaração de voto (anexo6), relativo à votação das grandes opções do plano e orçamento para 2010. -----

A SENHORA PRESIDENTE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Comunico que entrou na Mesa uma Declaração de Voto do PSD (anexo7). -----

3. Proposta de contracção de empréstimo a curto prazo para o ano de 2010. -----

A SENHORA PRESIDENTE -----

Pôs à discussão do ponto três da Ordem do Dia - Proposta de contracção de empréstimo a curto prazo para o ano de 2010. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“O BE vai votar contra esta proposta, por considerar este empréstimo para ocorrer a dificuldades de tesouraria não é mais do que um empréstimo de curto prazo para pagar velhos empréstimos de curto prazo. Não estará o executivo a fazer exactamente o mesmo que as famílias portuguesas sobre endividadas. Todos os altos cargos desta nação têm aconselhado os portugueses a não fazer, aquilo que o BE considera que, o Executivo Camarário está a fazer. -----

Não percebemos porque não houve o Executivo Camarário os conselhos que são dados às famílias portuguesas e inicia uma verdadeira contenção de custos. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início à votação. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Proposta de contracção de empréstimo a curto prazo para o ano de 2010, com 27 votos a favor, 17 do Grupo do PS, 7 do



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU, e 2 votos contra do Grupo do BE.

4. Aprovação da proposta de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2010, com a cobrança efectiva no ano de 2011. -----

A SENHORA PRESIDENTE -----

Pôs à discussão do ponto quatro da Ordem do Dia, respeitante a aprovação da proposta de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2010, com a cobrança efectiva no ano de 2011. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. PAULO MOTA (PSD), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“O Grupo do PSD entende a necessidade de aumento da receita por parte da CMC, a mesma, possivelmente, só existe pela falta de rigor nas contas, nomeadamente na despesa. Lamentamos que os sujeitos passivos, com domicílio fiscal no concelho do Cartaxo, sejam penalizados.

No entanto e como em reunião de Câmara ficou acordado que 100 mil euros dessa receita ficariam acautelados para a rubrica acção social, vamos dar o nosso voto favorável à proposta”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. RODRIGO RODRIGUES (CDU), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Nós votamos a favor, se o Senhor Presidente comprometer-se, perante esta Assembleia, a confirmar um limite mínimo de 250 mil euros a inscrever no orçamento de 2011 para a acção social, tal como foi deliberado na reunião do executivo camarário no passado dia 28 de Dezembro do corrente, em que, no orçamento de 2011 e em qualquer circunstância, a verba para a acção social nunca seria inferior a 250 mil euros”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Já foi deliberado e assumido compromisso do executivo que, esse valor mínimo ia constar no próximo documento das grandes opções do plano e orçamento de 2011. -----

A distribuição do documento foi anterior à reunião do executivo, pelo que há um acréscimo à verba de 100 mil euros, ficando a verba mínima de 250 mil euros. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dadas as garantias para a acção social por parte do executivo municipal, o BE votará favoravelmente esta proposta”. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia, deu início à votação. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2010, com a cobrança efectiva no ano de 2011, nos termos apresentados, com 27 votos a favor, 17 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

5. Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal (anexo 8). -----

A SENHORA PRESIDENTE -----

Pôs à discussão o ponto cinco da Ordem do Dia referente à proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Neste trabalho feito em conjunto, o BE quer saudar todos os outros partidos e em especial a Senhora Presidente da Assembleia, por termos de uma forma fácil e com diálogo tão democrático termos chegado a este consenso”. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da assembleia Municipal, deu início à votação -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, com 28 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

De acordo com o art. 25.º do Regimento da Assembleia Municipal, segue a seguinte declaração de voto: -----

Declaração de voto. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng. LUÍSA PATO (PSD). -----

“Congratulo-me porque, pela primeira vez, conseguimos introduzir a intervenção do público antes do período antes da ordem do dia, era uma reivindicação que do PSD, pelo que creio que a democracia só tem a ganhar com a entrada deste ponto no Regimento da Assembleia Municipal, e que foi um grupo de trabalho que fez bem o seu trabalho, destacando o facto de um deputado do PS ter tido a proeza de não ir às reuniões, o que salienta a vontade que o PS tem de intervir nestas questões do Regimento da Assembleia Municipal”. -----

SENHORA PRESIDENTE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Quero esclarecer que o deputado municipal indicado pelo Partido Socialista não participou nas reuniões por questões de saúde. No entanto, como fazia a coordenação, enviei-lhe a documentação aprovada e acordada entre os outros elementos da comissão, o senhor António Pego enviou-me a concordância e, depois de termos conversado enviei as conclusões aos outros membros da Assembleia. Tivemos apenas uma reunião, porque houve logo consenso”. -----

6. Protocolo com a Associação Comunitária de Assistência Social de Vila Chã de Ourique – Prévia autorização da respectiva despesa orçamental -----

A SENHORA PRESIDENTE -----

Pôs à discussão o ponto seis da Ordem do Dia relativo ao Protocolo com a Associação Comunitária de Assistência Social de Vila Chã de Ourique – Prévia autorização da respectiva despesa orçamental. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. VASCO CUNHA (PSD), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Na sequência da intervenção do presidente da junta de freguesia de Valada feita ainda no período antes da ordem do dia sobre este assunto, queria obter o esclarecimento por parte do Executivo Municipal e, em particular do Senhor Presidente de Câmara, sobre a existência de condições para pagamento desta primeira tranche durante o dia que resta até ao final do ano para o Centro Social de Vila Chã de Ourique”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Os dois cenários foram traçados desde o início, no entanto não deixo de afirmar que na minha responsabilidade política, independentemente de haver condições ou não, o que está em causa é a aprovação do protocolo nas condições apresentadas por parte da Assembleia Municipal. -----

O que deve ser tomado na ponderação que vão tomar em termos de decisão é o facto de haver o ano 2009 que ainda está em curso e o ano 2010, ou os pagamentos serem feitos por um novo protocolo no ano 2010. A condição da possibilidade de pagamento não tem a ver com a natureza e o princípio jurídico do protocolo, que é o que está em causa neste momento e esse acordo entre ambas as partes. Outra realidade é a satisfação ou não do protocolo tem a ver com o pagamento por parte da CMC”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng. LUÍSA PATO (PSD), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“A minuta de protocolo foi aprovada em reunião de Câmara de 28 de Julho de 2009, e pergunto se nesta data, aquando da assinatura deste protocolo, a CMC tinha consciência que não havia financiamento do PARES para esta obra. -----

Se tivesse tido o apoio do PARES este assunto não vinha à Assembleia Municipal. Este valor que está reflectido agora, era o valor que a CMC pensava que era a comparticipação do PARES ou era o valor a que o executivo camarário pensava atribuir à associação para comparticipar a obra”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Esclareço que este protocolo foi presente na passada reunião de Câmara, com o objectivo de sanar um erro cometido na altura pelo gabinete jurídico aquando da formatação do protocolo, em que foi considerada a terminologia PARES, que nunca esteve em causa. -----

A candidatura ao PARES por parte do ACAS nunca esteve em cima da mesa e a câmara tem total consciência disso. -----

A única razão porque o protocolo é aprovado em Assembleia é o facto de dizer respeito a dois exercícios económicos diferentes de 2009 e 2010. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng. LUÍSA PATO (PSD), no uso da palavra, fez a



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte intervenção: -----

“Digamos que em 28 de Julho de 2009 a CMC sempre esteve ciente que ia fazer a transferência de 94.500€ para o ACAS. Depois quando tomou essa decisão, qual foi o fraccionamento que fez dessa verba e se já tinha previsto ser em dois anos económicos. O problema não é só o PARES mas também o problema na reformulação da atribuição do valor, porque não consegue fazer a transferência da verba em 2009, repartindo uma parte em 2009 e 2010”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Em Julho havia uma realidade e a posição que estava definida até por causa da própria obra em si era fazer o pagamento no próprio ano, no entanto a razão pela qual o protocolo vem agora à sessão da Assembleia tem a ver com os dois anos económicos, porque havendo o fraccionamento de 2009 e 2010. -----

Por sua vez, a razão pela qual o Executivo Municipal, aconselhado pelo gabinete jurídico, levou novamente à reunião de Câmara foi para sanar o erro que existia, porque aquele acordo não tem nada a ver com o PARES, é feito e de financiamento integral do Município do Cartaxo com o ACAS”. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia, deu início à votação. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, autorizar a despesa emergente do Protocolo apresentado, nos termos do art. 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, com 16 votos a favor do Grupo do PS e 12 abstenções, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

De acordo com o art. 25.º do Regimento da Assembleia Municipal, segue a seguinte declaração de voto: -----

Declaração de voto. -----

MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. PEDRO MENDONÇA (BE), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Não podemos votar favoravelmente um documento que o próprio Presidente da Câmara diz que muito dificilmente vai ser cumprido tal como foi apresentado”. -----

A SENHORA PRESIDENTE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Antes de dar por encerrada esta sessão, propôs que a Assembleia Municipal aprovasse a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, dos membros presentes aprovar a acta sobre a forma de Minuta, nos termos do disposto no artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO – Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte e duas horas e quarenta e dois minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia.

Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Joana Maria Ferreira Vergas, a redigi e subscrevi, vou assinar, junto do Presidente.



ANEXO 1

(A)

flut
janeiro

**Grupo Parlamentar na
Assembleia Municipal do Cartaxo**

VOTO DE PESAR

É com sentido pesar que lamentamos o falecimento de Walter Valdemar Pego Marques, natural do Cartaxo.

Walter Marques foi Mandatário Político da Candidatura de Paulo Neves à Câmara Municipal do Cartaxo, nas últimas eleições autárquicas.

Na sua vida pública, exerceu o cargo de Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro, bem como do Comércio (com o Prof. Cavaco Silva como Primeiro-Ministro) e ocupou o cargo de vice-governador do Banco de Portugal.

Na vida empresarial, destacam-se os seus recentes desempenhos como presidente da ANA – Aeroportos e Navegação Aérea de Portugal e a participação no conselho de administração da José de Mello, SGPS, SA.

As suas múltiplas actividades deixaram-lhe ainda tempo para poder acompanhar os órgãos sociais da Ordem dos Economistas e – com mais notoriedade – a Presidência do Conselho Fiscal do Sport Lisboa e Benfica.

Em Dezembro de 2006 viu reconhecidos pelo Município do Cartaxo os seus serviços relevantes ao concelho e ao país, tendo lhe sido atribuída a medalha de mérito municipal do Cartaxo.

Através deste voto de pesar a bancada do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo pede, que se cumpra um minuto de silêncio em memória deste grande homem do Cartaxo e que sejam enviados os votos de pesar à família por parte da Assembleia Municipal.

Cartaxo, 30 de Dezembro de 2009

O Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo.

Reunião ordinária da Assembleia Municipal (30/12/2009)

MOÇÃO

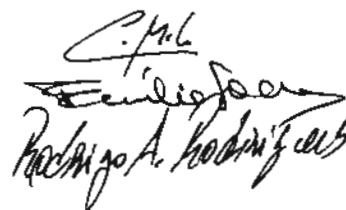
Assunto: Anulação das adjudicações das ETARs de Vale da Pedra, Pontével e Casais da Amendoeira

Atendendo a que:

- Num Concelho que se pretende com qualidade de vida e defesa do meio ambiente, aliás, por isso mesmo já premiado, é inadmissível a existência de tantos esgotos a céu aberto, em 5 das suas 8 freguesias, em pleno séc. XXI.
- Esta anulação atrasa *sine-die* a premente solução do problema do saneamento básico das freguesias de Ereira, Lapa, Pontével, Vale da Pedra e Vale da Pinta, ficando dependente da concessão da distribuição de água e do saneamento básico cujo *timing* não é previsível.
- Continua a sobreposição do interesse de entidades privadas sobre o interesse público já que, tal como prevíamos, se trata de uma imposição do presumível concessionário.
- Estaremos atentos aos custos, para o Município, das indemnizações devidas, consequentes das anulações das referidas adjudicações, cujo valor global ascende a cerca de 11,5 milhões de euros.
- Estas adjudicações foram, há 3 meses, bandeiras esgrimidas em plena campanha eleitoral do PS, nas freguesias visadas.

Manifestamos a nossa indignação e apresentamos o nosso voto de protesto e ~~censura~~ do Executivo Municipal pela condução de todo este processo.

O grupo da CDU

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Rui A. Rodrigues'.


Gonçalo

O Grupo Parlamentar do PSD
solicita à Assembleia Municipal
o prolongamento do período de
antes da ordem do dia, pelo
período regimentar.

O pedido é feito ao abrigo
do Regimento desta Assembleia.

Carta, 30 de Dezembro de 2009

O Grupo Parlamentar do PSD.

Reusa Eln

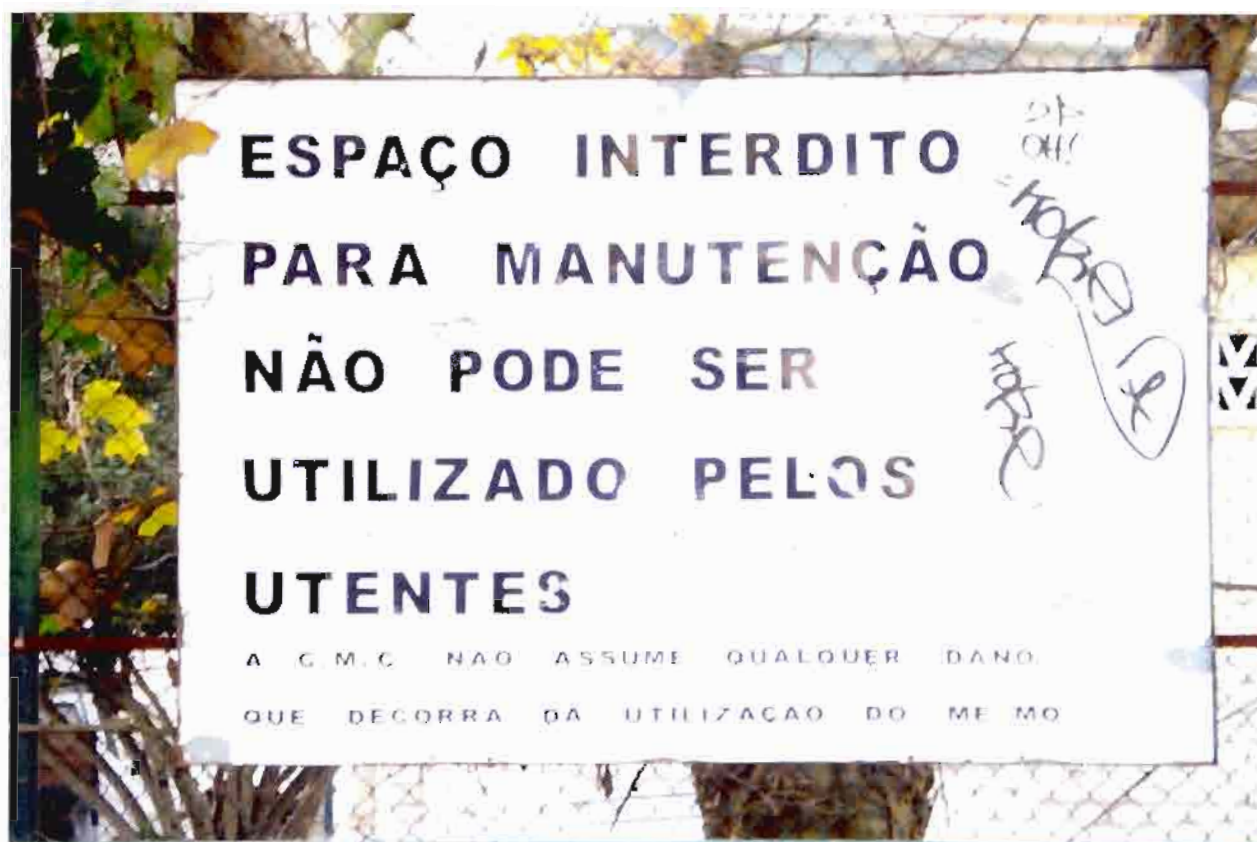


RECOMENDAÇÃO



Fazendo um levantamento condições de segurança de alguns locais de recreio e lazer para crianças e jovens da nossa cidade a bancada da CDU vem transmitir a sua preocupação com um dos locais que exige uma intervenção rápida da parte da Autarquia, O Parque de SKATE, no largo Vasco da Gama Junto ao Ateneu.

Existe naquele espaço um Aviso da C.M.C. conforme se pode ler na foto abaixo, e que já se encontra exposto há vários anos. Ora bem se o espaço está interdito para manutenção e não se responsabilizando



a Autarquia por qualquer dano, expomos o seguinte:

CS.
Fut
garrafa

A responsabilidade pela manutenção, reparação e segurança é da Autarquia, não tendo, o espaço o mínimo de condições, deveria a Câmara providenciar a urgente reparação ou encerrar o espaço vedando o seu acesso sob pena de acontecer ali alguns acidentes graves com más consequências para quem sofrer o acidente e com imputações ao Município.

Desde tábuas com pregos expostos, muros sem protecção, rede de vedação toda estragada, bancadas exteriores deterioradas, enfim está um equipamento impróprio para ser frequentado com segurança. Juntamos algumas fotos que documentam a recomendação a merecer resolução rápida.



Q.
P.
JomVeja



Esta tábua encontra-se na relva exterior do parque com farpas agudas e pregos ferrugentos, qualquer criança pode magoar-se, já deveria ter sido retirada por quem arranja a relva.



Dr.
Fritz
Jenke



Cartaxo, 30.12.2009

A Bancada da CDU

Rodolfo A. Rodrigues
Emília Rodrigues



Moção

ANEX05

**Grupo Parlamentar na
Assembleia Municipal do Cartaxo**

**ACTIVAÇÃO IMEDIATA DO CONSELHO MUNICIPAL DA
JUVENTUDE**

Entrou em vigor no dia 1 de Fevereiro de 2009, o regime jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude. É o resultado de um longo e empenhado debate na Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia da República.

Este novo regime vem exigir aos municípios a criação de estruturas representativas da juventude. É uma forma de a envolver na gestão da coisa pública, nomeadamente, em matérias relacionadas com políticas de juventude.

Este órgão está criado no município do Cartaxo mas não reúne há já um ano, por falta de vontade política do executivo camarário.

A juventude do concelho do Cartaxo ocupa um lugar parcial e secundário neste executivo camarário, liderado pelo Dr. Paulo Caldas.

Com a activação imediata do Conselho Municipal da Juventude no Cartaxo, os jovens do concelho passam a ocupar o lugar que lhe cabe na abordagem aos assuntos do município.

É importante referir que é pena que a criação e activação deste órgão venha existir por imposição legal, porque se a juventude do concelho estivesse à espera da iniciativa do Dr. Paulo Caldas e do seu executivo, matérias da extrema importância como a criação de políticas da juventude para o concelho nunca estariam na discussão e agenda política deste executivo.

Por tudo isto a JSD do Cartaxo, quer a activação imediata do Conselho Municipal da Juventude no Concelho do Cartaxo, com efeitos a partir de Janeiro de 2010.

JSD/CARTAXO

Cartaxo, 30 de Dezembro de 2009

O Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo.



Bloco de Esquerda

ANEXO 6 (F)

Handwritten signature: J. Mendes

CARTAXO

DECLARAÇÃO DE VOTO

VOTAÇÃO DAS GOP'S

O deputados do Bloco de Esquerda proferem a seguinte declaração de voto:

1 – Dado o orçamento apresentado não estar de acordo com o exposto no Plano de Saneamento Financeiro **aprovado nesta Assembleia**, nomeadamente nas previsões de receita e despesa, conforme se explica:

- O estimado e assumido pelo executivo, para 2010 no que diz respeito à execução de Receita e Despesa no Plano de Saneamento Financeiro foi de **cerca de 18%**, neste orçamento o executivo estima essa execução em **cerca de 52,9%**, ou seja cerca de **QUATRO VEZES MAIS**.

Estamos em crer que este **EMPOLAMENTO**, revela um total falhanço das medidas de consolidação financeira/contenção de custos/saneamento financeiro, propostos pelo executivo, perspectivando-se a continuidade da crise nas finanças municipais.

As GOP (PPI+AMR), constituem um repositório de intenções que não passam de isso mesmo, de ano para ano, sem qualquer concretização.

Porque acreditamos que para a verdadeira evolução deste Concelho, são precisas **ACÇÕES**, mais do que intenções, pensamos que o esforço de contenção de custos, e de um planeamento adequado ao apenas concretizável, não está a ser posto em prática pelo executivo, votamos contra a aprovação dos referidos documentos.

*Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda
Pedro Mendonça/ Odete Cosme*

Bloco de Esquerda

Praça 15 de Dezembro Sequência 15 a 25 – 1º Esquerdo – Sala A
2700 000 Cartaxo

**Deputados na
Assembleia Municipal do Cartaxo***generação***DECLARAÇÃO DE VOTO**

Data: 30 de Dezembro de 2009

N.º de Páginas: 7

Assunto:

**Assembleia Municipal do Cartaxo:
Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010**

Pela primeira vez, no presente mandato, a Assembleia Municipal do Cartaxo é chamada a discutir e votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento que o executivo Municipal aprovou por maioria. É, portanto, uma boa oportunidade para verificar qual o rumo que este novo executivo Municipal deseja imprimir aos destinos das contas Municipais e ao desígnio de desenvolver e modernizar o concelho do Cartaxo.

Por isso, depois de analisar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, há algumas notas soltas que vale a pena salientar, porque elas ilustram na globalidade qual é a abordagem que esta nova maioria pretende fazer aos problemas que gradualmente e de ano para ano temos vindo a constatar.

Vejamos alguns exemplos:

2006...

- O Orçamento continha a ilusão da Câmara Municipal vir a receber Fundos Comunitários e a beneficiar de Contratos-Programa para Investimento Municipal. Total: 13 Milhões de Euros;
- Alguns Projectos estruturantes que vinham do passado ficavam adiados para 2007 e 2008:
 - a) “Pavilhão Municipal do Desporto e do Lazer” com a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (1.250.000 Euros).
 - b) “Escola de Negócios do Vale do Tejo” com a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (cerca de 1.700.000 Euros).
 - c) “Nova Biblioteca Municipal” com a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (1.880.000 Euros).
- Os novos projectos e as novas promessas, todas elas por cumprir... Na área da Saúde, o “Alargamento do Centro de Saúde do Cartaxo” não têm qualquer avanço. Mais ilusão!...
- Assistiu-se ao aumento do prazo médio de pagamento aos fornecedores, ao aumento das dívidas e ao esgotar a capacidade de pagamento aos fornecedores;
- O aumento progressivo dos Juros da Dívida que quase duplicam;

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature: "profejo" and "Fht" with a flourish.

- Apesar de constantemente falados o “Parque de Negócios do Casal Branco” (em Pontével) e o “Parque de Negócios do Falcão” não avançaram. Resultado: a actividade económica no concelho do Cartaxo sem perspectivas futuras, a curto ou a médio prazo, para a instalação de novas empresas e, por conseguinte, na criação de mais emprego e geração de riqueza;

2007...

- Em 2007 é prevista a alienação de um terreno à Rumo 2020 E.M. por 3 Milhões de Euros, propõe-se a antecipação de receitas da EDP no valor de 7 Milhões de Euros e admite-se vir a vender o terreno do “Campo” da Feira por cerca de 5 Milhões de Euros. Total: 15 milhões de Euros.
- Os Protocolos deixam de ser assinados em Março. Com o atraso nos seus pagamentos, os Protocolos começam a tornar-se ingovernáveis;

2008...

- As Grandes Opções do Plano e Orçamento são “chumbadas” pela primeira vez, em 30 anos. Os argumentos do ex-Vice-Presidente coincidem em boa parte com os da oposição;
- O Município do Cartaxo abandona o Projecto “Águas do Ribatejo” no âmbito da CULT;
- O estrangulamento financeiro da Câmara Municipal do Cartaxo é evidente. O “Rigor e a Ambição” revelam-se como slogans de fachada. Os Fornecedores pagam a crise municipal!
- O tempo para a Consolidação Orçamental esgotou-se... A Câmara Municipal do Cartaxo vai ter de recorrer ao Saneamento Financeiro. A Execução Orçamental cai para cerca de 60%...
- Mesmo com uma Revisão do Quadro de Pessoal as despesas com Pessoal aumentam;
- A Despesa Corrente não é estancada e a Receitas Corrente não acompanha o ritmo;

Contém um conjunto de outras Despesas com as quais não podemos concordar:

DESCRIÇÃO	EUROS
Comunicações	263.641,
Estudos, Pareceres, Projectos Consultadoria	546.534,
Publicidade	340.560,
Trabalhos Especializados	1.354.050,
Outros Serviços	755.264,
TOTAL	3.260.049,

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

*James Fernandes
FluA*

- Propostas para reduzir Despesa que nunca foram aceites... Uma Câmara Municipal sem preocupações em gastar na Propaganda e na Publicidade;

De acordo com estes números, a Câmara Municipal do Cartaxo – em 2008 - já quase gasta 1.000 Euros por dia em “Publicidade”;

Rubricas	Orçamento 2008	Orçamento 2007	Orçamento 2006	Orçamento 2005	Orçamento 2004
Total	340.560,	237.350,	305.465	364.250	179.600

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

- Juros e Encargos Financeiros... Sempre a aumentar...

A rápida evolução dos Juros e Encargos Financeiros, pagos ou a pagar às instituições financeiras, a saber:

Juros e outros encargos financeiros de 2006	566.681,00 Euros
Juros e outros encargos financeiros de 2007	879.900,00 Euros
Juros e outros encargos financeiros de 2008	1.042.198,00 Euros

- “Avança-se para novas alienações... A Concessão das Águas e do Saneamento e a «Venda de Bens de Investimento – Terrenos (campo da feira, Parque de “Todos os Santos e os lotes do parque empresarial do “Casal Branco”, etc.)», no valor de 19,7 Milhões de Euros, representam metade do Orçamento Municipal (49,6%).

2009...

- A receita artificial da concessão das Águas e do Saneamento. O empolamento dos Orçamentos mantém-se...
- Um orçamento eleitoralista, com obras que a Câmara não tem dinheiro para realizar, dado que não pode contrair mais empréstimo de médio e longo prazo (só ao fim de cinco anos). São disso exemplo:
 - Parque de Santa Eulália e Valorização da Fonte da Ribeira do Cartaxo (500.000 euros);
 - Corredor Verde/Despoluição e Recuperação da Ribeira do Cartaxo (860.000 euros);
 - Construção do Parque de Negócios (568.200 euros);
 - Mobilidade Territorial/Rede Rodoviária (1.274.557 euros);
 - Estação Intermodal de Transportes do Cartaxo (1.460.000 euros);

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Reperfilamento e Requalificação da Rua Serpa Pinto (351.000 euros);
- Valada XXI (2.414.286 euros).

2010... Cartaxo SEM Rumor...

Na nossa avaliação, partimos da base de que os documentos previsionais para o próximo ano deveria ter em consideração:

- a) A evolução da situação financeira reportada ao final do 1.º semestre/2009 (Informação Financeira Semestral e parecer do ROC);
- b) A situação financeira a 30 de Novembro de 2009 (presente no Relatório Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira); e
- c) As previsões constantes do Plano de Saneamento Financeiro, uma vez que o Município se encontra em situação de DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO.

1 – Orçamento da Receita

	(em M€)			
	2007	2008	2009	2010
Valor Previsto	34,9	40,4	52,2	52,9
Valor Realizado (a)	16,7	15,5 (b)	12,1 (c)	-
% de Execução	47,8%	55,1%	23,2%	-

Valor Previsto no Plano de Saneamento Financeiro	-	16,8 (b)	18,2	18,4
--	---	----------	------	------

Notas:

- (a) Sem Saldo da Gerência Anterior;
- (b) Excluindo empréstimo de saneamento financeiro;
- (c) Situação em finais de Novembro/2009.

Apesar da receita arrecadada em anos anteriores – e previsivelmente em 2009 – ter como limiar máximo **16,7 milhões de euros** e no Plano de Saneamento Financeiro ter sido previsto o montante de **18,4 milhões de euros**, o Executivo Socialista acredita, mantendo a **COERÊNCIA COM A SUA AUSÊNCIA DE RIGOR**, que em 2010 arrecadará 52,9 milhões de euros.

Para esta previsão de Receita, contribuíram indubitavelmente:

- a) Uma previsão de impostos directos que não teve em consideração a redução inerente às medidas levadas a cabo de redução da taxa de IMI e da isenção de Derrama anunciada no penúltimo parágrafo da pág. 5;

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

*gomefcyas
Tha*

- b) Uma previsão de 3 M€ de Rendias de Terrenos (051001, pág. 73) e de 7,2 M€ de Rendias – Outros (051099, pág. 74), perfazendo 10,2 M€, à semelhança do ano transacto, quando a receita cobrada em 2009 (até Nov.) é de 18 mil euros (a previsão para 2009 é de 7,4 M€ - pág. 10 do Relatório);
- c) Uma previsão (injustificada) de receita de Água e Saneamento (pág.75) no montante de 1,6 M€, quando esta receita passará a ser da concessionária, no âmbito do processo de concessão! (Ou contam com a renda da concessão ou contam com a receita da facturação – AS DUAS É QUE NÃO!...);
- d) Uma previsão de venda de terrenos de 3,8 M€, quando na pág. 25 do Plano de Saneamento Financeiro era assumido que “*não estão previstas vendas significativas*” de património no imediato;
- e) Uma previsão de receita de 23,4 M€ relativa a Transf. Capital – Adm. Central – Estado – Outras (pág. 79). Estarão aqui incluídos os fundos comunitários e cooperação técnica e financeira (por ex.: Centro Escolar do Cartaxo)?

Se a resposta for **SIM**, então:

- Porque é que o valor a receber em 2010 é superior ao TOTAL DO FINANCIAMENTO DEFINIDO DO PPI (22,3 M€), ou seja, recebe-se mais em 2010 do que aquilo que se investe em todos os projectos (co-financiados ou não) no mesmo ano!!!!
- Não se percebe porque não é inscrita qualquer percentagem na coluna do Financiamento Externo do PPI nos respectivos projectos – NÃO SABEMOS ASSIM QUE PROJECTOS DO PPI SÃO CO-FINANCIADOS!

Assim, manifestamos as **NOSSAS OBJEÇÕES ÀS NÃO CONFORMIDADES**:

- COM AS REGRAS CONTABILÍSTICAS (contrárias às afirmações insertas na pág. 7 do documento); E
- COM O PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.

Mas o porquê da continuidade deste empolamento do Orçamento da Receita? Vejamos...

2 – Orçamento da Despesa

	(em M€)			
	2007	2008	2009	2010
Valor Previsto	35,7	41,1	54,4	52,9
Valor Realizado	17,0	26,9 (a)	13,7 (b)	-
% de Execução	47,4%	65,4%	25,2%	-

Valor Previsto no Plano de Saneamento Financeiro	-	29,9 (a)	18,7	18,0
--	---	----------	------	------

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

*Handwritten signature: J. - -
Gonçalves
thut*

Notas:

- a) Incluindo empréstimo de saneamento financeiro;
- b) Situação em finais de Novembro de 2009.

Apesar da despesa paga em anos anteriores andar muito aquém das previsões, até parece haver um esforço de redução e de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro – aliás, como executivo PS salienta na pág. 7 do documento apreciado por esta Assembleia Municipal na sua última sessão (Relatório de Acompanhamento do Plano Financeiro).

Contudo, a realidade dos factos é completamente contrária à aparente ilusão. Vejamos o que acontece à dívida ANTES e APÓS a utilização do empréstimo para Saneamento Financeiro (*de acordo com o 2.º parágrafo do citado Relatório, pagaram-se entre Nov/2008 e Jun/2009, 13,3 M€*):

			(em M€)
2006	2007	2008	Nov/2009
21,7	27,9	30,8	36,7

O executivo municipal liderado por Paulo Caldas, sem contrair novos empréstimos (porque tem o LIMITE DE ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO ULTRAPASSADO EM 9,3M€ - pág.26 do Relatório de Acompanhamento do Plano Financeiro) e tendo já utilizado o empréstimo de Saneamento Financeiro, agravou o endividamento de 2008 para 2009 (até Nov.) em +5,9 M€.

O Plano de Saneamento Financeiro, no 3.º parágrafo da pág. 28, referia que o mesmo tinha como “referência fundamental o método de caixa, DE MODO A QUE NÃO SEJAM ASSUMIDOS COMPROMISSOS QUE NÃO POSSAM SER INTEGRALMENTE SOLVIDOS NO EXERCÍCIO A QUE RESPEITAM”. Ainda falta um mês para vermos pelo menos uma redução de 5,9 M€ no endividamento!!!!!!!

É por este motivo – INCUMPRIMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – que este Executivo PS necessita de empolar o Orçamento, prevendo montantes que é incapaz de pagar.

A confirmá-lo temos a evolução do Prazo Médio de Pagamentos (em dias) da DGAL ANTES e APÓS a utilização do empréstimo para Saneamento Financeiro:

Cartaxo (33.º pior a nível Nacional) – no final do 1.º semestre de 2009 (após conclusão dos pagamentos com o citado empréstimo):

Dez/2007	Jun/2008	Set/2008	Dez/2008	Mar/2009	Jun/2009
84	101	132	362	290	230

Está comprovado o FALHANÇO DAS MEDIDAS ROSA, porque, de facto, o DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO É ESTRUTURAL. Esta *performance* devia envergonhar!...

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature: José Gaspar
Handwritten initials: JG

3 – Grandes Opções do Plano

Relativamente ao PPI constata-se que não há grandes novidades.

A fraca execução até Novembro de 2009 – quando o investimento realizado corresponde a 390 mil euros – quando estavam previstos 27 Milhões de euros, confirma que apenas foram executados, em 11 meses, 2,8% do montante previsto.

Todavia, há algumas notas que importa registar:

- Há um conjunto significativo de Investimento de natureza municipal que se encontra fora deste Orçamento (o “Parque Central da Cidade com a junção dos Jardins” e o “Pavilhão de Desporto Municipal” são disso exemplo). Não são – por isso – facilmente escrutináveis pela Assembleia Municipal. Exige-se uma maior transparência...
- O atraso nas zonas empresariais começam a levar alguns empresários locais ao desespero. Não admira que uma das mais importantes empresas locais – as Carrocarias Honório – tenha anunciado que procura instalar-se com brevidade em Santarém. De caminho, as empresas locais saem para outros Municípios e as que forma prometidas instalar-se no Cartaxo não aparecem...
- O presente Orçamento é quase omissivo em relação aos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia e com as Colectividades locais...
- É lamentável que face às dificuldades actuais a Câmara Municipal se proponha gastar em 2009 cerca de 527 mil Euros em Publicidade (mais de 43 mil Euros por mês / quase 1500 Euros por dia);
- A presente listagem de Projectos no PPI apresenta uma sequência antiga de promessas que ilustram bem a profusão de promessas por cumprir ao longo dos anos... São disso exemplo os itens referentes ao Parque de Negócios da Lapa ou à Zona Industrial da Cruz do Campo...

CONCLUSÃO:

Por todas as razões atrás expostas, os 6 Deputados do PSD eleitos para a Assembleia Municipal do Cartaxo **votam contra** a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentados para 2010.

Finalmente, os Deputados do PSD deixam igualmente manifestada nesta posição que o Estatuto do Direito de Oposição (artigo 5, nº 3) **FOI CUMPRIDO pelo executivo da Câmara Municipal do Cartaxo**, liderado pelo Partido Socialista.

Cartaxo, 30 de Dezembro de 2009

Vasco Cunha, Hélia Monteiro, Paulo Mota, Luísa Pato, Gonçalo Gaspar e Carvalho dos Santos

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**Alterações do Regimento da Assembleia Municipal, propostas pela
Comissão de Revisão.**

**Capítulo II
Mesa da Assembleia e Competências**

**Secção II
Competências**

**Artigo 6.º
(Competências do presidente da assembleia)**

1.
2.
 - a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
 - f)
 - g)
 - h)
 - i)
 - j) Zelar para que a Câmara Municipal forneça as respostas e as informações solicitadas pela Assembleia num prazo de 15 dias, prorrogável por igual período desde que a complexidade do assunto o justifique.

Cala
Secretarias
Furt

Capítulo III
Do Funcionamento da Assembleia

Secção III
Organização dos Trabalhos na Assembleia

Artigo 19.º
(Período e regras de intervenção do público)

1.
2. O Período de Intervenção do Público terá lugar imediatamente antes do Período da Ordem do Dia, e durará 30 minutos.
3. O período de intervenção aberto ao público, referido no nº1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder 10 (dez) minutos por cidadão.
4. A mesa ou qualquer membro da assembleia ou da câmara prestarão esclarecimentos, não podendo exceder 15 minutos a sua intervenção, ou se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito, sendo dado conhecimento à Assembleia.

Artigo 22.º
(Regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia)

1.
2. Após a utilização do período referido no antecedente número, se a discussão não tiver terminado, haverá outro período de intervenção de 15 minutos.
3.
4.

Capítulo VI
Da Conferência de Representantes De Grupos Municipais.

Artigo 47.º
(Funcionamento)

1.
2. Compete à Conferência:
 - a) Pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da Assembleia;
 - b) Apreciar assuntos e propostas a agendar nas reuniões da Assembleia.
3.

Capítulo VII
Dos Direitos e Deveres dos Membros da Assembleia

Secção II
Dos Deveres dos Membros da Assembleia

Artigo 55.º
(Deveres)

Constituem, designadamente, deveres dos membros da assembleia:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pela Assembleia Municipal.